

Emergência: a Nicarágua em pé de guerra

O presidente Daniel Ortega, da Nicarágua, declarou "estado especial de emergência" no país, na noite do dia 15, devido à situação extraordinária vivida pela nação sandinista, atacada militar e politicamente por mercenários contratados pelos Estados Unidos.

Segundo Ortega, "todos os esforços políticos e diplomáticos têm sido inúteis e, longe de modificar suas atitudes terroristas, os EUA continuam a ampliá-las para derrubar o governo revolucionário".

Os mercenários da CIA lançaram uma ofensiva militar com 4.500 homens em armas no norte e centro da Nicarágua. Honduras está armada até os dentes pelos EUA para um ataque ao país de Sandino. E a Costa Rica é base militar dos contra-

revolucionários ao sul do país. Navios de guerra ianques passeiam pelo litoral nicaraguense.

Os governos imperialistas dos EUA, França e Alemanha Federal apressaram-se em condenar a medida dos sandinistas. O chefe da hierarquia católica nicaraguense, cardeal Miguel Obando y Bravo - conhecido como dom Mike pela população, devido às suas posições servis em relação ao governo Reagan - anunciou que vai combater "nos púlpitos" o governo sandinista. A época da ditadura do general Anastácio Somoza, dom Mike não era tão bravo contra o governo - pelo contrário, trocava abraços e bênçãos com o ditador sanguinário.

O "estado especial de emergência" foi decretado por um ano.

LATIFÚNDIO MATA 22 POSSEIROS

Chacina em Santa Luzia

O deputado Luís Pedro denuncia com nomes o sindicato do crime montado pelos latifundiários maranhenses, responsável pela matança de 22 homens, mulheres e crianças, no povoado Feio,

município de Santa Luzia. Só este ano, 41 camponeses foram assassinados pelos senhores de terras no Maranhão. Num dos casos, o assassino foi o gerente do secretário da Fazenda. P10.

PM tem plano secreto de caça a comunistas

Divulgado documento secreto da Polícia do Rio que trata os comunistas de "inimigos", tal qual na ditadura. Pág. 4

EDITORIAL

O voto dos indecisos

Nestas últimas semanas que nos separam do pleito de 15 de novembro deverá ocorrer uma rápida definição dos eleitores ainda sem candidato certo. Para se ter uma idéia, no período de 21 dias entre as duas pesquisas mais recentes do Gallup em São Paulo, o candidato do PMDB, Fernando Henrique, recebeu a adesão de aproximadamente 15 votantes por minuto!

Apesar disto, é de se prever que muitas pessoas só resolvam de fato em quem votar na boca da urna. E um certo número pode inclusive trocar sua preferência de acordo com os argumentos a que tenha acesso neste período. Ganha urgência portanto o trabalho de contato direto com as pessoas, a discussão nos bairros, nas portas de fábricas, os comícios, para informar e discutir com o povo. O eleitor convencido por esta troca de idéias direta, em que ele pode fazer perguntas, esclarecer suas dúvidas, tem em geral um valor redobrado pois multiplica sua opinião entre os colegas de trabalho e amigos.

Outro fato que merece atenção nestas eleições é que a tendência geral, principalmente nos grandes centros políticos, é para uma bipolarização. Desta forma - mesmo que os candidatos que entram no pleito voltados unicamente para seus interesses pessoais ou de grupo insistam em dividir o eleitorado democrático - na última hora, se houver uma ampla campanha de esclarecimento, deve haver uma concentração de votos no candidato que defende as mudanças e apóia a Nova República, para derrotar os conservadores. Assim, além da campanha propriamente dita dos candidatos democráticos, os trabalhadores e as forças progressistas empenhadas na luta não podem abandonar os contatos com todas as forças políticas - inclusive com os demais candidatos - visando possíveis acordos para assegurar a vitória dos

nomes que mais interessam ao povo neste momento.

Em alguns municípios já estão sendo organizadas gigantescas operações tipo arrastão, mobilizando imensos contingentes de filiados, ativistas, amigos, para percorrer as ruas no centro e nos bairros, divulgando os candidatos da unidade e da democracia. Esta forma de campanha, por um lado, tem como aspecto positivo a incorporação de centenas e até milhares de pessoas, que estão dispostas a contribuir mas não encontraram ainda canais para expressar seu apoio. Por outro, tem impacto político e incentiva a troca de opiniões em grande escala.

Os comitês locais já estão também arregimentando gente para organizar no dia 15 um vastíssimo trabalho de boca de urna. Tal atividade exige uma preparação com antecedência, tanto do ponto de vista material, com uma boa infraestrutura, como político, pois a disputa neste dia será muito acirrada, exigindo paciência e boa argumentação.

Por tudo isto, nenhum trabalhador consciente, nenhum democrata pode se omitir deste processo. O que está em pauta não é simplesmente a indicação de um prefeito - embora seja uma eleição municipal. Uma vitória democrática expressiva nas capitais e nos demais municípios que têm eleição será um voto a favor das transformações que a nação reclama. Será um impulso no sentido da reforma agrária, do rompimento com o FMI, dos reajustes trimestrais de salários. O voto na democracia é uma forma concreta do povo conquistar espaço para suas lutas, seus partidos e organizações de massas.

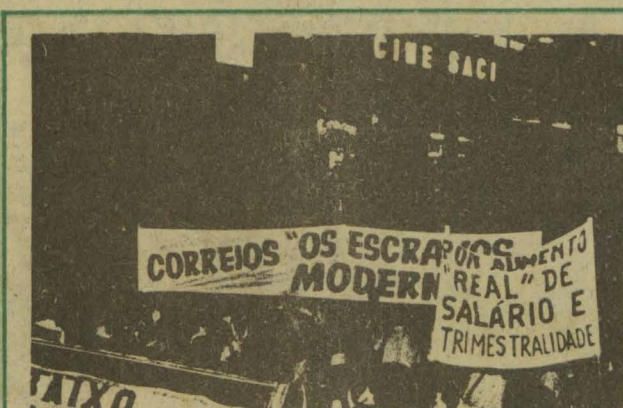
Em nenhum lugar há motivo para se dar a luta por encerrada. Onde os candidatos progressistas estão melhor, é preciso conquistar uma vitória esmagadora; onde existem dificuldades, é trabalhar para inverter o quadro.



Manifestação com 7 mil trabalhadores rurais, em Belo Horizonte, toma posição contra as concessões feitas no plano.

Trabalhadores não aceitam recuos na reforma agrária

Sente-se o dedo do latifúndio nas mudanças ocorridas no plano de reforma agrária do governo. Pág. 5 e 6



Conclat apresenta seus cinco pontos para haver pacto

Trimestralidade e reposição, 40 horas, comissão de empresa, estabilidade e reforma agrária são as reivindicações levadas ao governo. Pág. 7

Greve paralisa os correios em quase todos os Estados

Os trabalhadores reivindicam a incorporação do abono que conquistaram no início do ano e a readmissão dos 1.500 companheiros demitidos. P. 7

Desemprego dobrou na França de Mitterrand

Falso socialismo do presidente que visitou o Brasil desiludiu os franceses; o número de desempregados passou de 1,6 milhões em 81 para 3 milhões atualmente... Leia na pág. 2

Eleitores preferem voto no avanço

Pesquisas revelam deslucamento progressista

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

O fiasco da gestão do PS de Mitterrand na França

O Mitterrand que veio ao Brasil, visitar a Nova República, não é o mesmo que carregava consigo as esperanças de milhões de franceses, com a vitória do Partido Socialista, em 1981, ao assumir o poder em Paris. Os problemas vividos pelo seu povo só pioraram durante sua gestão.

Mitterrand foi eleito num clima de euforia - muitos franceses acreditavam, inclusive, que sua plataforma levaria de fato o país ao socialismo. E ao assumir, pôs em prática algumas reformas sociais, tímidas, é verdade, mas que alimentavam as ilusões. Assim, Mitterrand reduziu, de 40, para 39 horas a jornada de trabalho semanal, antecipou a idade de aposentadoria para 60 anos; aumentou o salário mínimo e chegou a nacionalizar algumas indústrias e bancos.

Mas foram iniciativas de fôlego curto. Representando um setor do capital monopolista francês e conciliando com as multinacionais que atuam em seu país, o presidente dito socialista logo abandonou seu primeiro projeto de governo e traiu suas promessas eleitorais. Seu primeiro-ministro, Pierre Mauroy, anunciou que era preciso "evitar o crescimento excessivo dos salários" e apelou para o "espírito de sacrifício" dos trabalhadores.

POLÍTICA ANTIPOVO

O governo social-democrata mostrou então sua verdadeira face. Congelou os salários, elevou os impostos para os trabalhadores, cortou verbas dos programas de previdência social, e diminuiu os impostos sobre os lucros da burguesia, sob a alegação de "incentivar os investimentos".

A aplicação dessas medidas, a partir de 1982, começou a gerar descontentamento mesmo dentro do governo. O primeiro-ministro Mauroy foi substituído por Laurent Fabius, que preconizava medidas ainda mais impopulares. Em decorrência, os revisionistas do PCF pularam fora da coalizão governamental, para não desmoralizarem-se de vez perante as massas.

A orientação de jogar sobre as costas dos trabalhadores o peso da crise econômica resultou num aumento dos lucros das empresas de grupos monopolistas, crescimento do déficit público, e também numa redução da inflação, que caiu de 14% em 1981 para 5,5% neste ano. Mas o custo social foi alto. O número de desempregados, que era de 1,6 milhão quando Mitterrand assumiu (e prometeu diminuir), já beira os 3 milhões neste final de ano. Em 1984, as vendas de automóveis caíram 14%, em consequência principalmente da queda do poder aquisitivo da população.

Naturalmente o povo não assistiu passiva a este saque de que foi vítima. Funcionários públicos, bancários, operários



O problema do desemprego agravou-se com a administração dos falsos socialistas na França

da indústria automobilística, mineiros, caminhoneiros, criadores de porcos, estudantes realizaram atos de protestos. Em junho do ano passado, 1 milhão de manifestantes desfilaram nas ruas de Paris contra a orientação antipovo do governo. A resposta a essas mobilizações foi a clássica do capitalismo: repressão, demissões, prisões.

AÇÕES IMPERIALISTAS

Na arena internacional Mitterrand comportou-se como representante dos imperialistas. Trocou elogios e abraços com Reagan e Gorbachev. Defendeu a instalação dos mísseis Pershing e Cruise, norte-americanos, na Europa. Chegou a declarar-se, em março de 1984, "um aliado seguro e constante" do imperialismo ianque na política mundial, embora tenha alguns conflitos de interesses com os EUA no Globo. Teve o deslance de visitar os sionistas de Israel em Jerusalém, no momento em que a capital do Líbano era bombardeada criminosamente por Begin. E apoiou os interesses coloniais da Inglaterra nas Malvinas Argentinas.

Traindo sua pregação antibelicista da campanha eleitoral, incrementou a indústria armamentista de seu país. Sob a gestão Mitterrand a França bateu seu recorde histórico na exportação de armas e manteve-se como terceira exportadora de armas do mundo, após EUA e URSS.

"ANTIGUIDADES" SOCIALISTAS

Soldados franceses foram enviados ao Chade e Líbano, para defender os interesses dos imperialistas de Paris nesses países. Além disso, a França mantém mais de 30 mil soldados em manobras ou acampadas na Guiana, Polinésia, Nova Caledônia, Ilhas de Reunião e Moyotta, ilhas de Tromelin, Gloriosas, Juan-de-Nova,



Mitterrand no Brasil: divergências com os Estados Unidos

A visita ao Brasil

A visita do presidente francês ao Brasil teve alguns objetivos que, embora não transparecessem claramente nos discursos e nas entrevistas de Mitterrand e sua comitiva, não deixam de ser evidentes: em primeiro lugar, destaca-se o propósito de aumentar a presença do imperialismo francês na América Latina, onde o Brasil, sem dúvidas, avança para a posição de líder, sem

perder a qualidade de país dependente.

Como subproduto deste interesse, salta aos olhos também a intenção de explorar as contradições existentes entre a região e os Estados Unidos, para forçar alguns reparos na atual partilha do saque, por meio, entre outros, da "negociação simultânea do comércio e da moeda", como defendeu Mitterrand.

Bassas-de-Índia, Senegal, Gabão, República Centro-Africana, Djibuti etc.

O governo do PS ainda resolveu dificultar o asilo político de estrangeiros no país, - uma tradição secular -, sob o torpe argumento de que não admitiria que a França se transformasse "em santuário para aqueles que praticam crimes de sangue", como afirmou o primeiro-ministro Laurent Fabius.

Essa orientação desastrosa, a nível nacional e internacional, tem recebido seu troco por parte do eleitorado francês. O PS, desde que passou a trair seus compromissos de campanha,

foi sistematicamente perdendo votos em seguidas eleições. E todos os analistas são unânimes em prever uma derrota dos social-democratas no pleito geral marcado para o próximo ano. Afinal, nas eleições de março deste ano o PS perdeu 1/4 de seus parlamentares.

A guinada para a direita do PS se fez refletir também no recente congresso do partido, realizado no início deste mês. Um dos dirigentes do PS, Michel Rocard, foi claro ao dizer que considera "inconcebível que nossa carta de princípios ainda fale em 'ruptura com o capitalismo' e outras antiguidades semelhantes"...

Argentinos sofrem queda salarial

O salário real dos trabalhadores argentinos sofreu uma retração de 13,8% nos dois primeiros meses de aplicação do drástico programa de reforma econômica e monetária, conhecido como "Plano Austral". Esses dados foram divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos. Embora já revelem um brutal arrocho salarial, eles estão subestimados, segundo os sindicatos operários, para quem a queda do poder aquisitivo dos assalariados já atingiu 47% desde o início do ano, enquanto o número de desempregados está em torno de 15% da população economicamente ativa.

Há ainda outros indicadores do aprofundamento da crise na Argentina devido ao "Plano Austral". O Produto Interno Bruto, segundo informações oficiais, caiu 3,5% no segundo trimestre (abril a junho), em relação aos três primeiros meses do ano. Isoladamente, o setor industrial teve uma queda de 13%, o maior declínio dos últimos 10 anos.

E a inflação, cujo combate foi o pretexto utilizado para implantar o "Plano", depois das quedas (até bruscas) dos últimos dois meses, voltou a disparar. Nos 10 primeiros dias de outubro, os preços do vestuário aumentaram entre 40 a 50%, as tarifas de tele e telefones foram reajustadas em quase 6%. A tendência, também no que tange a alta dos preços, é de que as coisas vão mesmo piorar. Em agosto, as emissões de moeda (os "austrais"), que o governo prometeu conter, totalizaram mais de 7 bilhões, cerca de 7,8 bilhões de dólares, um crescimento de 42% em relação ao mês anterior.

Não custa lembrar que as medidas econômicas adotadas pelo governo Alfonsín seguiram os preceitos (e os interesses) defendidos pelo FMI. Merecem, inclusive, uma "honrosa" e elogiosa menção do diretor-gerente do Fundo, Jacques de Larosière, durante a recente reunião de Seul.

Coronel denuncia general assassino

Mais uma das barbaridades cometidas pelos militares chilenos durante os 12 anos de ditadura militar veio a público, no último dia 10: o coronel aposentado Eugênio Rivera Desgroux acusou o general do Exército Sergio Arellano Stark de ser o responsável pela execução de 26 presos políticos em outubro de 1973.

Segundo o coronel Desgroux - que era governador na zona de

Calama, 1.500 Km ao norte de Santiago - um dos presos era o advogado e jornalista Carlos Berger, condenado a apenas 61 dias de prisão por um Conselho de Guerra, formado logo após o sangrento golpe militar encabezado pelo general Pinochet no dia 11 de setembro de 1973. Berger e os outros 25 presos políticos foram retirados da prisão e executados!

FMLN realiza ataque vitorioso

No 5º aniversário de sua fundação, dia 11, a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) realizou uma de suas maiores operações: o ataque ao Centro de Treinamento das Forças Armadas, na periferia da cidade portuária de La Unión - próximo de San Salvador - onde até a véspera três batalhões antiguerilha eram treinados por assessores norte-americanos. Os combates entre o comando de cerca de 300 guerrilheiros e os soldados duraram mais de duas horas, resultando na morte de 42 militares e 68 feridos, além de nove guerrilheiros mortos, segundo o Exército.

Segundo a rádio guerrilheira Venceremos, o número de soldados mortos chega a 80 e 155 feridos. O objetivo da operação era "o aniquilamento ou captura" dos 10 assessores norte-americanos que treinavam soldados salvadorenhos naquele centro militar (oficialmente existem no país 55 assessores militares dos EUA).

A Anistia Internacional afirmou, no início do mês, que "dos 40.000 cidadãos indefesos que desde 1979 foram mortos violentamente (em El Salvador), a maioria deles caiu vítima de execuções extrajudiciais por forças governamentais".



Mário Tomé, candidato da UDP: uma campanha operária-popular

Notável crescimento eleitoral da UDP na eleição de Portugal

A União Democrática e Popular (UDP), integrada pelo Partido Comunista (Reconstituído), conseguiu um notável avanço nas eleições parlamentares recentemente realizadas em Portugal. Obteve um total de 72.935 votos contra 43.756 em 1983, com um crescimento de 66,69%.

O resultado foi considerado pelo jornal "Bandeira Vermelha", órgão oficial do PC (R), como uma grande vitória, que "é ainda mais importante na medida em que é a única força à esquerda do PS que viu substancialmente aumentada a sua votação".

De fato, nessas eleições, que indicaram um certo deslocamento à direita por parte do eleitorado (veja TO nº 238), não só o Partido Socialista de Mário Soares, foi o grande derrotado (com uma redução de 41,39% no número de votos em relação a 1983 e a perda de 46 cadeiras no parlamento), como também a APU, integrada pelo partido revisionista de Álvaro Cunhal, sofreu uma apreciável queda de 15%, perdendo seis parlamentares.

O candidato da UDP ao par-

lamento por Lisboa, Mário Tomé, só deixou de ser eleito por 238 votos, "uma insignificante margem", que corresponde apenas a 0,0002% do eleitorado da capital, como observou o "Bandeira Vermelha". Para isto também contribuiu grandemente a manobra caluniosa e inconstitucional feita por Mário Soares no dia anterior à votação, gastando grande soma de dinheiro em anúncios nos jornais e rádios contra a UDP, utilizando de argumentos mentirosos para induzir os eleitores a não votar em Mário Tomé.

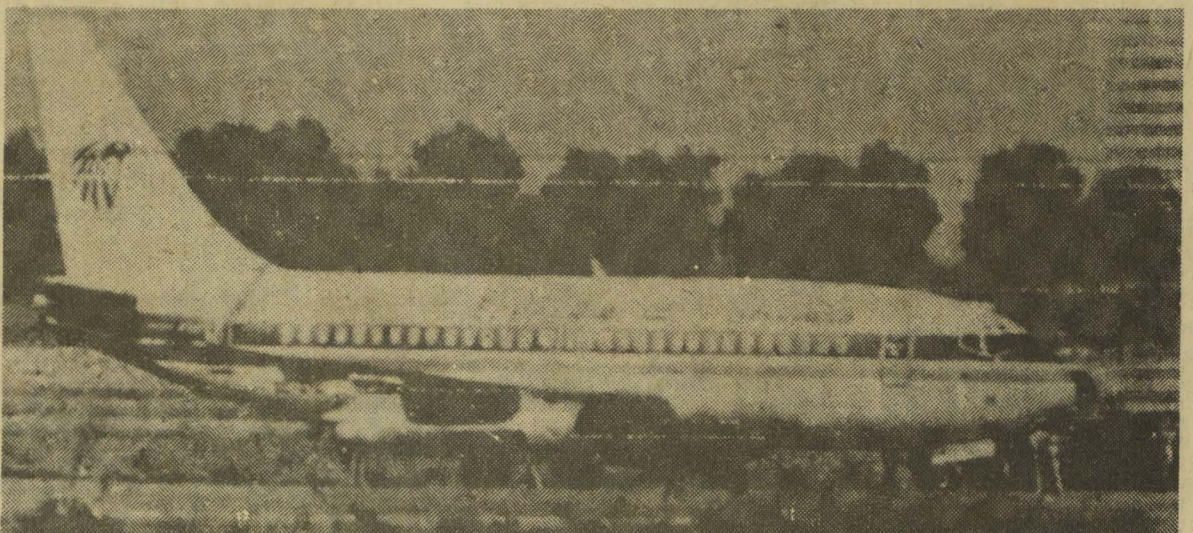
O crescimento eleitoral da UDP foi ainda mais sensível nas primeiras concentrações operárias como Lisboa, Porto e Madeira, onde chegou a atingir 100%. Houve alguns lugares na capital em que a subida foi de tal ordem que a UDP colocou-se em segundo lugar na preferência do eleitorado. "Esta campanha demonstrou à evidência que onde o partido (PC-R) e a UDP trabalham ligados com a classe operária e o povo de uma forma regular e constante, com uma política acertada, os resultados não se fizeram esperar", notou o "Bandeira Vermelha".

Pirataria aérea dos EUA ameaça os povos

Os Estados Unidos oficializaram como norma de suas relações internacionais o banditismo e o desrespeito completo à soberania das nações. Exemplo flagrante disto foi o seqüestro do avião egípcio que transportava, no dia 10, o grupo de aventureiros que aprisionou o navio italiano "Aquila Lauro" na costa mediterrânea.

No dia 7, quatro aventureiros seqüestraram o navio "Aquila Lauro" sob o pretexto de apoiar a luta do povo palestino pelo direito à sua pátria. Logo o porta-voz da Organização pela Libertação da Palestina, Ammed Abdurahmane, denunciou que "os terroristas que seqüestraram o barco italiano são hostis ao povo palestino e não estão ligados à OLP".

Representantes da OLP e do governo egípcio negociaram com os seqüestradores - eles se entregaram ao Egito e seriam transportados para o Cairo. Mas o avião que os levava foi interceptado por uma força de guerra norte-americana e forçado a pousar na Itália.



O avião do Egito seqüestrado por uma esquadrã de guerra ianque foi obrigado a aterrar na Itália

O arrogante chefe imperialista, Ronald Reagan, declarou-se "muito orgulhoso" da ação de seus soldados, e pediu a extradição dos tripulantes do avião seqüestrado para a Itália. Entre os tripulantes estava também Mohamed Abul Abbas, da OLP. A Itália recusou-se a atender o pedido ianque. Prendeu e está processando os aventureiros que atacaram o navio italiano e

liberou Abul Abbas, que partiu para o Oriente Médio.

O presidente do Egito, Hosni Mubarak, exigiu um pedido formal de desculpas da parte dos EUA pela pirataria aérea que exerceram. Ao mesmo tempo, manifestações populares contra o imperialismo ianque começaram a ocorrer no Cairo. Mas Reagan afirma que sua política visa a aterrorizar os integrantes da OLP, "onde

quer que estejam".

A ação criminosa dos EUA recebeu repúdio generalizado de todos os povos. A OLP considerou que "esta pirataria flagrante constitui uma agressão norte-americana contra a soberania do Egito e de todos os Estados árabes". E a Casa Branca consagra o uso da violência como política de Estado, numa clara ameaça a todas as nações do planeta.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Graboys

Enorme sucesso das “Tribuninhas” extras

Nesta semana estão circulando, em São Paulo, Manaus e Porto Alegre, 250 mil exemplares especiais da **Tribuna Operária**, tratando da batalha eleitoral. Em São Paulo é uma segunda edição, mantendo a capa e a história em quadrinhos do “defunto que queria ser prefeito” do jornal já divulgado anteriormente em meados de setembro, e com um resumo das páginas centrais, que passaram de quatro para duas. Esta segunda tiragem, com 100 mil exemplares, foi uma exigência da campanha de

Fernando Henrique, devido ao enorme sucesso da primeira edição.

NO AMAZONAS
Em Manaus também circulam 100 mil exemplares. O jornal expõe a opinião dos Estudantes Secundaristas, do Diretório Universitário da FUA, da Associação dos Servidores da Universidade e diretoras da Associação Profissional dos Professores e da Associação dos Docentes da Universidade e o coordenador da UJS, além de líderes metalúrgicos da Comissão de Fábrica e da CIPA da Sanyo e da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos.

Todos eles são unânimes em afirmar que o candidato de unidade, do PMDB, do PFL, do PTB e do PC do B, Manoel Ribeiro, é a nova opção correta para assegurar o espaço de liberdade alcançado com a Nova República. Este mesmo ponto de vista é defendido por parlamentares de prestígio como os deputados Mário Frota, Arthur Virgílio Neto, João Pedro e Francisco Queiroz, presidente da Assembleia Legislativa.

A edição extra publica ainda uma entrevista com os membros da Comissão Regional do PC do B no Amazonas. Os comunistas afirmam: “A luta política sempre se dá com alianças, as quais não excluem diferenças ideológicas entre as partes e nem têm caráter permanente”. E esclarecem: “Hoje impõe-se consolidar e ampliar as liberdades democráticas. Para isso não podemos nos dispersar”.

O próprio candidato,

As edições de Manaus, Porto Alegre e São Paulo ajudam a união dos trabalhadores

Manoel Ribeiro, também ouvido por nós, analisa que através da união dos diversos partidos que formam a Aliança Democrática em Manaus, “o Amazonas se integra aos ditames preconizados por Tancredo Neves, cuja pregação maior foi a de uma união ampla visando a consolidação da democracia”. Ele acrescenta ainda que no seu governo participará “todas as correntes que integram esta aliança, através de sugestões e debates que visem a melhoria das condições de vida dos munícipes”.

RIO GRANDE DO SUL

O “Tribuninha” de Porto Alegre faz uma análise resumida dos principais problemas da cidade. Aponta a necessidade do novo prefeito cuidar com urgência do problema da saúde: “chegar mais perto do povo, ir nas vilas, onde em cada mil crianças com um ano, 191 morrem anualmente”. Mostra ainda que a capital gaúcha “é a que tem mais alto custo de vida do país. Em agosto, só a ração essencial, que é composta de 13 alimentos, consumiu 82% do salário mínimo”. O jornal aborda as questões de habitação, ensino, meio ambiente, transportes coletivos e das mulheres.

Francisco Carrion, candidato do PMDB, apoiado pelo PC do B, escreve para TO opinando que é preciso “varrer o autoritarismo em Porto Alegre” mas considera a luta em plano nacional: “A prefeitura deve apoiar concretamente a realização de seminários, de atos e de outras atividades para incentivar o amplo debate na comunidade sobre a elaboração de propostas para uma Assembleia Nacional Constituinte livre, soberana e independente”.

É feita também uma avaliação do brizolismo, como uma corrente que usa uma linguagem progressista mas que na prática favorece a direita. Na ambição da Presidência da República o caudilho gaúcho “não vacila em aliar-se com os reacionários para frear as mudanças da Nova República e em dividir os eleitores para derrotar candidatos democratas”.

Nas páginas do jornal, divulga-se igualmente a posição do PC do B, que apoia as candidaturas de Carrion e Fogaça “por entender que elas se afinam com os novos tempos de florescimento da liberdade. São candidatos comprometidos com as mudanças”.



Fernando Henrique carregado por taxistas em São Paulo: 450 mil votos conquistados em três semanas

Gallup aponta avanço do PMDB nas capitais

Os candidatos do PMDB às prefeituras nas principais capitais do país registram um forte avanço nas preferências do eleitorado, segundo as últimas pesquisas do Instituto Gallup divulgadas no domingo, dia 13, e referentes a 17 capitais. O progresso peemedebista foi uma regra quase sem exceção, com destaque para a notável viragem em São Paulo.

A capital paulista tem concentrado desde cedo o interesse dos meios políticos de todo o país. Nesta eleição ela transformou-se em palco de um verdadeiro pugilato de pesos pesados, com a candidatura do ex-presidente Jânio Quadros aglutinando as forças conservadoras e a do senador Fernando Henrique Cardoso polarizando os setores progressistas.

Nas cinco pesquisas anteriores do Gallup, Jânio Quadros apareceu como o preferido do eleitorado, embora com uma conotação estacionada pouco acima dos 30%. Já Fernando Henrique, que começou com modestos 16%, ia crescendo constante, mas na pesquisa anterior, de 13/15 de setembro, tinha escoreado em três pontos - o que obrigou o comando da campanha a fazer algumas correções de rota. Com um discurso mais politizado e agressivo, denunciando o apoio de Delfin Netto e Paul Maluf a Jânio, a candidatura Fernando Henrique galgou nove pontos na preferência popular e desbancou o ex-presidente da primeira colocação (35% contra 32%).

A reversão de expectativas em São Paulo é vista como um êxito sobre os saudosistas do velho regime e também sobre o anticomunismo. Durante um bom tempo Jânio Quadros concentrou seus ataques mais raivosos contra o comunismo, sobretudo através da televisão. A tática parece ter surtido efeito contrário ao desejado, e depois de conhecer os

resultados do Gallup o candidato do PTB-PFL recuou para a trincheira dos problemas administrativos.

OUTRAS VIRADAS

Em Belo Horizonte a reversão chegou aos limites do espetacular. Em três semanas o candidato do PMDB, Sérgio Ferrera, saltou de 27% para 57% das preferências eleitorais, enquanto seu rival Mauricio Campos, do PFL, despencava de 40% para 24%.

Em Curitiba o candidato Roberto Requião, depois de acertados os ponteiros dentro dos setores peemedebistas, também registrou um crescimento irresistível e chegou à pesquisa Gallup empatado com Jaime Lerner, ex-prefeito biônico hoje filiado ao PDT, ambos com 37 pontos, com a diferença de que Lerner cai sempre, enquanto Requião sobe.

Em Porto Alegre, o pedessista Alceu Collares aparece em primeiro lugar, mas sua vantagem sobre o peemedebista Carrion Júnior, que já foi de 16%, em seis semanas reduziu-se para 7%, o que alimenta as esperanças da Aliança Democrática (coligação do PMDB, PFL, PCB e PC do B) numa vitória em 15 de novembro.

A situação mais negativa para o PMDB é a do Rio de Janeiro, onde o candidato Jorge Leite, representante da máfia chaguista que controlou a legenda, caiu para minguados 12% dos eleitores pesquisados, atrás de Rubem Medina, do PFL (18%) e Saturnino Braga, do PDT (25%) O

drama carioca é que o sentimento progressista da população não encontra um denominador comum em nenhum dos 18 candidatos inscritos - um trunfo que o governador Leonel Brizola esgrime para tentar fazer o prefeito do Rio, mesmo com votação precária, e aproximar-se assim de seu sonho presidencial.

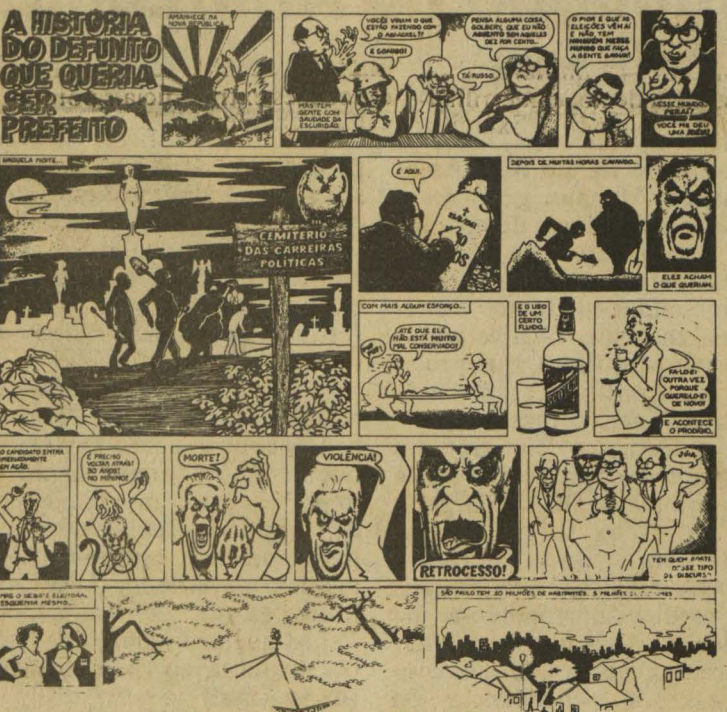
Das 17 capitais pesquisadas, o PMDB ficou com a primeira colocação em 12 (no caso de Curitiba, empatado com o PDT), e via de regra esse confortável desempenho é fruto da aglutinação do eleitorado mais progressista. A exceção, no caso, corre por conta de Recife.

O CASO RECIFENSE

Na capital pernambucana, criou-se um quadro confuso. O candidato Jarbas Vasconcelos que tem o apoio do PMDB, sua direção, seus parlamentares e seu eleitorado, foi impedido de lançar-se por esta legenda. Quem aparece formalmente pelo PMDB é o deputado Sérgio Murillo, apoiado pelo PFL do governador do Estado, Roberto Magalhães.

A conquista da legenda peemedebista por Sérgio Murillo valeu-lhe o privilégio de contar com 30 minutos diários de propaganda gratuita na televisão, enquanto Jarbas Vasconcelos, que antes estava na dianteira, caiu para o segundo lugar na última pesquisa (a primeira a refletir a propaganda eleitoral pela TV), figurando com 25%, contra 32% de Sérgio Murillo.

No entanto, no mesmo dia em que vinha a público estes dados, Jarbas Vasconcelos e os setores progressistas que o apoiavam davam uma demonstração de que têm força e garra para reverter também este quadro, ao reunir cerca de 30 mil pessoas num comício no bairro do Beberibe.



A dura batalha pela informação de classe

Em 18 de outubro de 1979 circulava o nº 0 da Tribuna Operária e em 7 de novembro - dia do aniversário da revolução socialista de 1917, na Rússia - circulava o nº 1. Desde então, enfrentando enormes dificuldades - tanto as perseguições políticas como o cerco econômico - este jornal político do proletariado cumpriu seis anos de uma rica trajetória de lutas.

Lênin já assinalava, no seu tempo, a necessidade imperiosa da classe operária forjar uma imprensa socialista, capaz de defender as idéias da revolução e contribuir para elevar o nível de consciência dos trabalhadores. Apontava, ao mesmo tempo, os obstáculos a serem vencidos, numa sociedade onde os capitalistas detêm não só os meios de produção, mas monopolizam igualmente os instrumentos de informação.

De lá para cá, a vida não só confirmou plenamente as análises leninistas como ampliou ainda mais o poder do capital. No terreno da informação em particular, houve transformações gigantescas. Processos de composição e de impressão eletrônicos, massagem de dados e sua difusão através de computadores e satélites artificiais, a substituição dos linótipos pelo *offset*, tudo isto multiplicou infinitamente a capacidade de editar jornais, livros e revistas. Mas tais inovações exigem inversões fabulosas de capital. O processo de revolução industrial na “produção” da notícia foi acompanhada por uma maior concentração dos

órgãos de imprensa nas mãos dos magnatas. Isto é mais evidente ainda com o aparecimento da TV. E tem seu corolário na formação de gigantescas agências internacionais de notícias, como a UPI, AP, France Press, Reuters etc, que monopolizam as informações em plano mundial.

Diante deste colosso é que se pode avaliar o heroísmo e o valor dos trabalhadores que, espelhados nos mais longínquos rincões de um país com dimensões continentais como o Brasil, ajudam a sustentar a *Tribuna Operária*. É com esta colaboração preciosa e indispensável que a imprensa proletária forma a sua própria “agência de notícias”, descobrindo a verdade e combatendo as trapaças burguesas por todo lado. É igualmente nos braços desta gente abnegada que está a certeza de vencer todos os bloqueios para impedir que a opinião operária chegue ao povo. Os mesmos que se fazem jornalistas na prática, são vendedores, fazem campanhas de finanças, enfrentam as madrugadas, rompem as perseguições policiais, tudo para levar adiante a mensagem do socialismo.

Todo este exercício de colaboradores tem razões de sobra para se orgulhar destes seis anos. Temos consciência dos mil defeitos ainda existentes, mas com o apoio dos trabalhadores e da classe operária em especial, a imprensa operária tem plenas condições de cumprir sua missão. (Rogério Lustosa)

PC do B rompe com Sabóia no Maranhão

O Partido Comunista do Brasil rompeu politicamente com o candidato do PMDB à prefeitura de São Luís, no Maranhão. Seguem abaixo trechos da nota oficial da Comissão Regional dos comunistas explicando sua posição:

“Em agosto passado, o PC do B no Maranhão decidiu em convenção municipal dar seu apoio ao deputado Haroldo Sabóia, candidato do PMDB. Hoje os comunistas retiram seu apoio...”

“Ao apoiar Sabóia os comunistas avaliavam que sua candidatura poderia se transformar num polo de aglutinação de todas as forças progressistas de São Luís - e foi exatamente por isto que o PC do B não lançou candidato próprio - a fim de barrar a ofensiva do PDS malufista, das forças da reação representadas na candidatura da sra. Gardênia Gonçalves; entretanto tal não aconteceu...”

“Para tanto seria necessário que a candidatura de Haroldo Sabóia se livrasse do ‘esquerdismo infantil’ - como diz o deputado Cid Carvalho, do próprio PMDB - que se ampliasse no sentido político e no sentido da incorporação de novos setores.

“Os compromissos inicialmente feitos... foram rompidos unilateralmente por Haroldo Sabóia. Sua candidatura se transformou definitivamente em oposição à toda linha ao governo da Nova República... disputa com Gardênia Gonçalves quem é mais

oposicionista, quem consegue mais sucesso nos ataques a José Sarney. Esquece-se que se o atual presidente não houvesse rompido com o PDS jamais Tancredo Neves teria sido vitorioso. Esquece propositalmente as conquistas da Nova República, como a convocação da Constituinte para 1986, as atuais eleições nas capitais, o voto de anulação a

legalização dos partidos clandestinos, o plano de reforma agrária, o endurecimento com o FMI, etc...”

“São vitórias ainda iniciais contra as quais se levantam uma enorme reação, a direita organizada nacionalmente, as viúvas do regime militar, que tentam a todo custo retomar seu lugar ao sol...”

“Haroldo Sabóia está se colocando contra a orientação nacional do PMDB e ajudando a direita, consciente ou inconscientemente, pouco importa...”

“Não é de uma hora para outra que os comunistas rompem com Haroldo Sabóia. Na organização da campanha, discutiram sucessivas vezes, com paciência, tentando movê-lo da estreiteza e do sectarismo. Foram vão todos esses esforços...”

“O PC do B atualmente procede a um reexame da sua política, com cautela e criteriosamente, como sempre, para uma posterior decisão...”

Idéias retrógradas contra a Assembléia Constituinte

A partir desta segunda-feira, dia 21, quando o Congresso Nacional iniciar o processo de votação da emenda que convoca a Assembléia Nacional, entra na fase decisiva o debate sobre determinadas divergências e pontos polêmicos no tratamento da questão.

Entre as teses que decididamente jogam água no moinho da direita inscrevem-se a da Constituinte exclusiva e dos candidatos avulsos. Os seus mais ardorosos defensores (ao lado de alguns democratas possivelmente equivocados) são políticos do PDS, como o deputado Nelson Marchesan, e o Partido dos Trabalhadores.

SOFISMA E ILUSÕES

Os partidários da Constituinte exclusiva têm se escudado no argumento de que a eleição de parlamentares unicamente com a finalidade de elaborar uma nova Constituição, sem acumularem responsabilidade e poderes congressuais, concederá uma maior legitimidade à nova Carta. Ao contrário, segundo dizem, a Constituinte com poderes congressuais já nasceria irremediavelmente ilegítima, não seria propriamente uma Assembléia Constituinte, mas um Congresso com poderes constituintes.

Nas atuais condições, contudo, a tese da Constituinte exclusiva conduz ao enfraquecimento do poder dos constituintes. É evidente que a eleição de parlamentares com a finalidade precípua de produzir uma nova Constituição possui um caráter substancialmente distinto de um pleito comum para o Congresso Nacional. No primeiro caso, predominam os grandes temas políticos e a tendência do eleitorado é votar nos candidatos mais comprometidos com os interesses populares; no segundo, têm mais espaço a política clientelista e fisiológica.

A convocação de eleições simultâneas (ou quase simultâneas) para a Constituinte e o Congresso também tem o seu "mérito" de beneficiar exclusivamente os representantes do grande capital e do latifúndio. Eles, afinal, dispõem de muito mais quadros políticos para jogar na batalha e, sobretudo, de recursos infinitamente superiores aos dos representantes das forças populares. É possível, assim, que se crie o esdrúxulo quadro de um Congresso hostil à aplicação da nova Constituição, dedicado a solu-

Projeto de Sarney é contestado por Nelson Marchesan, deputado do PDS (RS) e Luís Inácio Lula da Silva, do PT. Marchesan e Lula falam em Constituinte exclusiva, mas unem-se, na verdade, contra a Nova República, o avanço democrático e a Assembléia Constituinte



Foto: Salomon Cyrinoviz

par o trabalho feito pelos constituintes.

Além disto, é preciso ter presente que o fim do regime militar no Brasil não ocorreu por meio de uma ruptura, mas através de uma transição democrática. Nas condições em que o atual governo foi e está constituído torna-se impensável uma Constituinte exclusiva. Considerar esta circunstância não é incorrer em "pragmatismo político" nem, muito menos, sujeitar-se a uma dada correlação de forças que compete alterar, como alegam os petistas. Na verdade, não existe um modelo em geral, puro e abstrato, de implantação da Constituinte, aplicável aqui e acolá (a não ser na cabeça de alguns formalistas e idealistas incuráveis). É a realidade política que (independente da vontade de cada um) dita as condições e a fórmula que, adequada a essas condições, melhor corresponde aos interesses populares, neste caso a da Constituinte com poderes congressuais. Não é suficiente desejar uma outra

situação para que ela se produza.

Desta forma, a defesa da Constituinte exclusiva, bem como do plebiscito para que o povo decida sobre a questão (proposto pelo deputado Flávio Bierrembach), teses recheadas de refinada demagogia, servem objetivamente às forças retrógradas, contribuem apenas com os propósitos de desmoralizar e sabotar a Assembléia Constituinte.

Também de conteúdo questionável é a idéia das candidaturas avulsas desligadas das organizações partidárias. No fundo, isto serviria apenas para fragmentar, enfraquecer e desmoralizar os partidos políticos, fundamentais ao regime democrático. Atende, ao mesmo tempo, apenas a uma meia dúzia de espíritos "notáveis", ilustres representantes de si próprios, que se julgam superiores à estrutura partidária terrena, à qual são incapazes de se enquadrarem. Nenhuma liderança popular, saída de bairros, favelas ou fábricas,

terá condições de se eleger "avulsamente", sem estar sustentado por uma organização político-partidária.

Por outro lado, nem tudo são flores no projeto enviado ao Congresso pelo governo. Existem limitações injustificáveis. Entre elas, a não reintrodução, para o pleito constituinte do princípio da eleição proporcional (fraudado durante o regime militar, que impôs uma representação política pela qual o Estado de São Paulo, por exemplo, o mais avançado e progressista do país, perdeu nada menos que 54 deputados na sua representação federal, enquanto um voto do cidadão de Roraima vale 26 vezes mais que o voto de um paulista, o que beneficia o latifúndio). É preciso definir também o papel dos senadores eleitos em 1978, sem legitimidade para participar da Constituinte com os atuais mandatos, bem como eliminar alguns entulhos autoritários que sobrevivem na atual legislação. (Umberto Martins)

João Amazonas visita capitais do Norte/Nordeste

Em visita pelo Norte-Nordeste, o presidente nacional do Partido Comunista do Brasil, João Amazonas, realizou uma série de palestras sobre as eleições municipais e o PC do B, e estabeleceu diversos contatos políticos, inclusive com candidatos a prefeitos das capitais.

Amazonas chegou a Fortaleza, Ceará, dia 7, sendo recebido por cerca de uma centena de pessoas no aeroporto. No dia 8 concedeu uma entrevista à TV Verdes Mares, divulgando para os cearenses um pouco das opiniões e propostas do partido da classe operária.

À noite, o dirigente comunista proferiu palestra no Teatro da Encetur, quando afirmou ser essencial, nas atuais eleições "a união das forças progressistas para vencer as forças contrárias às mudanças, que existem e estão organizadas".

No dia seguinte Amazonas realizou uma série de contatos políticos, inclusive com o candidato a prefeito pelo PMDB, Paes de Andrade, que é apoiado pelo PC do B.

VISITA AO PARÁ

No dia 11, em Belém do Pará, João Amazonas falou a centenas de populares, lideranças sindicais, comunitárias e estudantis no auditório da Assembléia Legislativa. Entre os presentes, o dirigente regional do PC do B, Newton Miranda; o dirigente municipal Érico Albuquerque, o veterano militante e deputado constituinte em 1946, Henrique Felipe Santiago, e o deputado estadual Paulo Fonteles, do PMDB. Os candidatos do

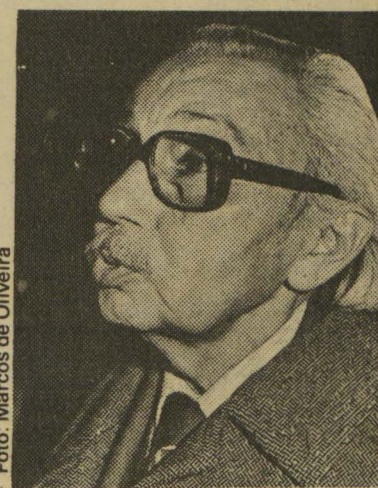


Foto: Marcos de Oliveira

João Amazonas

PMDB a prefeito e vice. Coutinho Jorge e Fernando Velasco marcaram presença no final da palestra, devido a um compromisso da campanha eleitoral.

João Amazonas preconizou que só reforçando a união do povo na exigência de mudança "seremos capazes de criar um grande movimento de consciência nacional, com condições de enfrentar novas jornadas de lutas, contra os inimigos da nossa gente e de nossa pátria. O PC do B poderia apresentar um candidato próprio, porém nosso partido não é exclusivista, apoiando os candidatos do PMDB, estaremos aglutinando forças ao bloco progressista democrático, contribuindo para sua vitória, acertando mais um golpe à reação. Assim estaremos prestando um grande serviço ao povo de Belém e de toda a nação".

O principal dirigente do PC do B ainda visitou as capitais do Rio Grande do Norte e do Maranhão. (das sucursais)

Grupo terrorista faz ameaças no Amazonas

A ameaça de um grupo terrorista, feita na semana passada, de explodir o prédio onde se localiza a sede do Diretório Regional do PC do B do Amazonas, em Manaus, gerou forte protesto dos setores democráticos e populares do Estado. Várias personalidades manifestaram solidariedade aos comunistas, inclusive o governador Gilberto Mestrinho, que providenciou o imediato esquema de segurança para o local.

A ameaça foi feita por um integrante do grupo terrorista auto-intitulado OBAC (Organização Brasileira Anticomunista), que telefonou inúmeras vezes para a proprietária do prédio informando-a da explosão. Dizendo não estar brincando, pediu que esta confirmasse a procedência da

ameaça com o general Octávio de Medeiros, comandante militar da Amazônia. Posteriormente, os terroristas ligaram para os ocupantes das demais salas do prédio, pedindo para que evacuasse imediatamente o local. Houve até um início de pânico, com comerciantes e funcionários de escritórios retirando-se apavorados do local.

A imediata manifestação de repúdio da sociedade amazonense contra o ato terrorista, que teve ampla repercussão na imprensa, fez com que o bando de marginais recuasse, não incomodando mais ninguém. Além disso, o governador Mestrinho prometeu ao deputado João Pedro que averiguará quais são os responsáveis pela ameaça. (da sucursal)

PM do Rio tem plano secreto anticomunista

A imprensa divulgou, sábado dia 12, um plano secreto da Polícia Militar do Rio de Janeiro - revalidado em agosto último pelo secretário estadual da PM, coronel Nazareth Cerqueira, que programa a repressão aos comunistas tal e qual se fazia durante o auge da ditadura. O plano tem como fonte outro documento secreto, do I Exército, de teor não conhecido.

O texto da PM traça as linhas de um "plano de participação na defesa interna", onde identifica como inimigo interno a combater em caso de guerra 19 organizações de esquerda, algumas existentes e outras não. Até mesmo o candidato da Frente Democrática à Prefeitura do Rio, Marcelo Cerqueira, entra na lista dos "inimigos perigosos". O texto aponta o PC do B, como a ameaça principal, alegando que sua linha aposta na "violência revolucionária e na luta armada", ao contrário do PCB, classificado como "de orientação reformista".

O relações públicas da PMRJ, major Astério, não só confirmou a existência do documento como disse que estava sendo aprimorado...

O texto revelado, do qual foram tirados apenas 16 exemplares, com dois carimbos de "secreto", entraria em execução no caso de "guerra limitada à América do Sul, eclosão de conflitos armados identificados com a pressão comunista



Foto: Ricardo Azoury

Tropa da PMRJ em ação: a "pressão comunista" é encarada como o "inimigo interno" a combater

ou ocorrência de grave perturbação da ordem". Sua matriz está no "Plano de Defesa Territorial Ipanema", da 1ª Região Militar, e no "Plano de Operações Cascavel", do I Exército. A opinião pública desconhece o texto de tais "planos" de responsabilidade do Exército, mas pode imaginar seu conteúdo, tanto pelo que se diz no texto da PMRJ como pelos antecedentes de utilização das Forças Armadas no papel de polícia política e até de organização paramilitar, nos anos da ditadura.

Também não se revelou se as Polícias Militares de outros Estados estão sendo instruídas por programações semelhantes, típicas da famigerada "doutrina de segurança nacional". Porém fica o temor que isto possa estar acontecendo, embora contrarie frontalmente os mais elementares princípios democráticos que são compromissos da Nova República. (da sucursal)

Brizola compactua

O governador fluminense, Leonel Brizola, disse que nem sequer sabia do documento, embora este tivesse a assinatura de seu secretário, o coronel Cerqueira. Não há dúvida, porém, de que sob o governo Brizola o Partido Comunista do Brasil tem sido vítima de uma série de arbitrariedades e perseguições por parte da PM do Rio.

Em meados de 1983, a PM escolheu o PC do B como suposto responsável por uma onda de saques a supermercados. Militantes comunistas foram presos e tiveram suas casas invadidas na ocasião. Por coincidência estava sendo criado na época o Conselho Estadual de Direitos Humanos, e este episódio arbitrário foi o primeiro a ser levado ao Conselho

lho, que até hoje não tomou providência alguma.

Já na Nova República, em abril deste ano, pelo menos sete pessoas foram presas no Rio pelo "crime" de convocarem a população para um ato público pela legalidade do PC do B. Na ocasião, a direção regional do partido se reuniu por duas vezes com o secretário estadual da Justiça, Vivaldo Barbosa, que prometeu enviar um comunicado à PM e às delegacias liberando a convocação do ato. Depois se soube que não houve notificação alguma.

A implicação de Leonel Brizola com essa área tenebrosa também ficou clara em agosto passado, quando o governador assinou a promoção de 12 oficiais da PM, todos eles integrantes do DOI-CODI e do SNI.

PC do B promove ato público em Sergipe

No próximo dia 25 a Direção Regional Provisória do PC do B em Sergipe será apresentada oficialmente à população local num ato público no calçadão da rua João Pessoa, em Aracaju. Já confirmaram presenças na manifestação o deputado federal Haroldo Lima, líder da bancada comunista na Câmara Federal, o candidato da Aliança Democrática (PMDB-PFL-PC do B) a prefeito, Jackson Barreto, o atual prefeito José Carlos Teixeira e o governador do Estado, João Alves Filho, além de vários líderes sindicais e populares do Estado.

No ato será inaugurada a sede regional do partido, na rua Itabaianinha, 145, sala 104. Segundo Alvaro Vilela, membro da direção estadual, o "ato será amplo e contará com a participação de todos os setores que contribuem para as conquistas democráticas". Caravanas de várias cidades do interior e dos bairros periféricos da capital já estão organizadas para tal ato, que será um momento de encontro dos jovens com os veteranos comunistas, como o popular "Lídio da Cocada".

(da sucursal)

PC do B inaugura sede dos metroviários

Na última sexta-feira, dia 11, foi inaugurada com uma grande festa a sede do Organismo de Base do PC do B entre os trabalhadores no Metrô paulista. A manifestação, feita na rua do bairro do Jabaquara, contou com mais de 300 pessoas, a esmagadora maioria metroviários. Prestigiaram o importante evento o dirigente nacional do PC do B, Renato Rabelo, e o presidente da Comissão Regional, Antônio Barbosa, além de vários dirigentes sindicais do Estado.

diretor cassado do Sindicato dos Metroviários de São Paulo e respeitada liderança clássica, coordenou o ato. Vários oradores saudaram a ação dos comunistas, que já tem forte presença e prestígio na categoria, e enfatizaram a necessidade de enraizar ainda mais o partido na empresa, além de fortalecer o Sindicato e manter-se sempre à frente das justas batalhas da classe. Após a manifestação política houve um animado samba, com o grupo Relíquia formado por metroviários, e muito chope.

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Demagogia e visão estreita

Governo e sindicatos iniciaram as discussões preliminares em busca de um "entendimento" ou "pacto". Os patrões ainda estão de fora. E os ministros, embora aceitem algumas concessões aos trabalhadores, negam um ponto essencial, que é a trimestralidade. A atitude dos sindicalistas nesta situação merece atenção especial da classe operária.

NEGOCIAÇÃO E LUTA

Na última reunião da Conclat aprovou-se uma atitude acertada. Foi definida uma pauta de reivindicações, que corresponde aos sentimentos da imensa maioria dos trabalhadores, e foi indicada uma comissão representativa para estabelecer oficialmente os contatos com os patrões e o governo. Por outro lado os sindicatos não cessaram suas lutas em função de possíveis entendimentos. Tanto assim que os metalúrgicos de São Paulo, por exemplo, prepararam sua campanha salarial, incluindo como exigência o trimestral. E já revelaram a disposição de ir à greve para obter as conquistas que julgam necessárias.

Por outro lado, é sabido que dentro desta articulação intersindical existem sindicalistas atrasados, com mentalidade patronal, que trabalham para frear o desenvolvimento das lutas operárias. Isto exige vigilância e unidade dos trabalhadores na base, para não serem surpreendidos por acordos por baixo do pano.

INCORPORAR MASSAS

Em contrapartida, a CUT trata de afastar os trabalhadores da movimentação em curso. Seus dirigentes colocam-se à margem, gritando demagogicamente que não aceitam nenhum "pacto contra os trabalhadores". Insinua com isto que outros estão fazendo acordos deste tipo. Ou que qualquer acordo só pode ser contra os explorados.

Em princípio todos são contra um pacto desvantajoso. Mas nada contribui para a luta operária esta simples afirmação genérica. Em São Bernardo mesmo, na última greve dos metalúrgicos, apesar de uma longa e combativa greve, os trabalhadores tiveram que engolir imposições desvantajosas e retornar ao trabalho (em grande parte por erros de condução do movimento grevista). O que adiantou então a repetição abstrata de que não se deve aceitar nada contra os operários? O importante é atuar para mobilizar e unir o máximo de forças e, na luta, derrotar os patrões.

A experiência mostra que não é correto alimentar ilusões de que apenas as negociações resolvem os problemas. Mas esta mesma experiência indica que, em determinadas ocasiões, sentar na mesa e colocar as propostas diante do adversário, e analisar publicamente as respostas dos patrões, pode ajudar a incorporar parcelas das massas ainda fora da luta. As negociações conduzidas com firmeza, dentro de uma perspectiva de luta, sem capitular diante das manobras da burguesia, podem contribuir para fortalecer as fileiras de combate.

FORA DO RUMO

A recusa da CUT é, neste caso, apenas uma confissão de falta de perspectiva. Os dirigentes desta corrente, cego por suas concepções estreitas, não percebem as mudanças ocorridas no país. Limitam-se por isto a levantar bandeiras políticas de combate inconsequente à Nova República que, segundo eles, não tem diferença do velho regime militar. Recusam-se desta forma a elaborar uma tática capaz de conduzir a melhores condições de luta e maiores conquistas. Ficam nas declarações vazias, dividem o movimento sindical, sem atentar que a hora é de unidade para obrigar os patrões a cederem.

(Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Duas medidas

Vocês se lembram do capitão Wilson Machado? É aquele do Puma, no Riocentro. E do coronel Job Lorena, que conseguiu a proeza de considerar o capitão Wilson e o sargento Rosário como vítimas da bomba que explodiu na mão dos militares do DOI-CODI? Pois bem, o capitão foi promovido a major e o coronel agora é general. Para estas promoções certamente que o general Figueiredo levou em conta o tal "espírito" de anistia recíproca decretada por ele alguns anos antes.

Quando se falou em apurar de fato as responsabilidades do caso Riocentro, os generais imediatamente levantaram a voz: "é revanchismo". O mesmo fizeram em relação ao caso Baumgarten e outros crimes.

Agora, quando um projeto de reincorporação dos militares afastados de suas funções por discordância com a ditadura circula no Congresso Nacional, o ministro do Exército, general Leônidas Gonçalves, apressou-se em negar este direito. É contra inclusive ao pagamento dos salários atrasados deste pessoal. Ele alega que estes oficiais estão "defasados".

Torturadores, terroristas etc., não estão defasados. Apurar seus crimes é "revanchismo". Mas restaurar direitos dos perseguidos políticos "não interessa ao Exército". Eis aí a farsa exposta à luz do dia.

Passo atrás na reforma agrária

O movimento popular recebeu com desagrado as mudanças anunciadas pelo presidente José Sarney, quinta-feira, dia 10, no Plano Nacional de Reforma Agrária. "Pelo que eu estou vendo e ouvindo, o decreto representa um recuo do governo na disposição de atender os anseios dos trabalhadores do campo" - comentou logo José Francisco, presidente da poderosa Contag, que agrupa os 2.600 sindicatos camponeses do Brasil. No dia seguinte, em Belo Horizonte, perto de 7 mil trabalhadores, sobretudo rurais, manifestavam seu protesto.

O latifúndio, por sua vez, sabe que logrou um tento mas permanece atento e reticente. A atitude do governo - os latifundiários sabem disso - constitui apenas mais um episódio na longa e encarniçada luta pela terra no país - que não dá sinais de estar chegando ao fim.

Entre o projeto aprovado em 10 de outubro e o plano original apresentado pelo Mirad-Incra (Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), em 27 de maio, passaram-se exatamente 135 dias. O texto original recebeu nada menos que oito versões, segundo alguns, nove ou dez, conforme outros.

Só esse atraso e essas reformulações sucessivas já dão uma idéia do tamanho das pressões que se abateiram sobre o governo - não só da parte dos senhores de terras, mas também de outras áreas avesas a mudanças.

Ora, o governo atual é sensível a pressões, tanto de um lado como de outro. Difere, também nesse particular, do antigo regime, onde os generais detinham o monopólio do poder e das decisões políticas. Assim, a pressão do latifúndio findou por produzir efeitos.

Muitas autoridades governamentais se surpreendem com a reação latifundiária, pois pensavam que a reforma agrária era uma necessidade consensual e teria o aplauso de todos. Quem pensava assim, recebeu uma lição amarga. A vida demonstrou, mais uma vez, que terra no Brasil é um assunto que mexe com os interesses de toda a sociedade.

O latifúndio é um esteio de toda essa estrutura econômica

A estrutura latifundiária, velha de mais de 400 anos e jamais tocada, não é um problema qualquer. Forma o esteio econômico mais antigo do modelo econômico brasileiro, ao lado da dependência ao capital externo e da precoce e intensa monopolização. Sobre sua base ergue-se toda uma classe social - os latifundiários - que sempre esteve no poder e sabe usá-lo.

É esta a questão, adormecida no fundo do problema da terra, que faz da reforma agrária, na acepção da palavra menos uma reforma do que uma revolução. A luta dos últimos meses mostrou isso com clareza.

O plano do governo, desde o início, tinha ambições até modestas. A rigor,

Um decreto nada legal

Os recuos verificados no Decreto da Reforma Agrária chegam a contrariar abertamente dispositivos legais do próprio Estatuto da Terra, cometendo erros jurídicos flagrantes. Vale a pena passá-los em revista, para conhecer melhor a safadeza do latifúndio, que torce e distorce a lei conforme as suas conveniências de classe.

Logo no primeiro parágrafo do Artigo 2º, o Decreto diz que "Os Planos Regionais de Reforma Agrária somente serão executados após aprovação pelo Presidente da República". Já o Estatuto, no artigo 35, estabelece que "Os Planos Regionais de Reforma Agrária serão elaborados pelas Delegacias Regionais do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (atualmente, pelo Incra)". A centralização visa empenhar as desapropriações.

PIADA DE MAU GOSTO

No segundo parágrafo do mesmo artigo, o Decreto passa da intervenção marota da lei para a sua violentação explícita. Convém examinar o truque baixo, cuidadosamente camuflado através de uma redação velhaca.

Reza o segundo parágrafo que "O Poder Público evitará, sempre que conveniente, a desapropriação dos imóveis rurais que observem os requisitos estabelecidos no parágrafo 1º do art. 2º do Estatuto da Terra, mesmo quando classificadas de acordo com o inciso V. do art. 4º do referido diploma legal". Traduzindo para uma linguagem compreensível, de acordo com os artigos, parágrafos e incisos do Estatuto, isto significa o

seguinte: seria "evitada" a desapropriação dos latifúndios, seja por dimensão, seja por exploração - já que o inciso V visa precisamente definir, para os efeitos legais, o que seja um latifúndio.

A formulação chega a ser absurda, pois estabelece que se "evite" a desapropriação da propriedade que "mantém níveis satisfatórios de produtividade" (§ 1º do Art. 2º), mesmo quando o imóvel "seja mantido inexplorado, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado" (inciso V do Art. 4º). Seria de causar riso, não fosse a evidente má-fé pró-latifundiária de quem introduziu essa piada de mau gosto no Decreto 91.766.

Já o parágrafo 3º do Decreto diz que "o Poder público evitará a desapropriação de imóveis rurais que, embora incluídos em zonas prioritárias, apresentem elevada incidência de arrendatários e ou parceiros agrícolas". E mais uma vez desrespeita o texto do Estatuto, que afirma com todas as letras, no Artigo 20: "As desapropriações a serem realizadas pelo Poder Público, nas áreas prioritárias, recairão sobre (...) as áreas que apresentem elevada incidência de arrendatários, parceiros e posseiros".

Não é de hoje que o Estatuto da Terra é passado para trás, naqueles dispositivos que em tese poderiam facilitar a vida dos camponeses. Mas é inadmissível que isso continue a ocorrer num projeto do governo da Nova República, que teve apoio dos trabalhadores precisamente porque se propôs a ser ao menos um início de abordagem do problema da terra.

governo sofreu um bombardeio incessante. E hoje se sabe que não só os latifundiários se arregimentaram contra a entrega da terra aos que nela trabalham. O Conselho de Segurança Nacional, sob o comando do general Baima Denys, chegou a produzir um docu-

O plano de reforma do

mento sobre o assunto. O SNI também se intrometeu.

O movimento popular na cidade ainda não comprou esta briga

Em contrapartida, é preciso reconhecer, o movimento popular não se mostrou em condições de responder com a intensidade e a rapidez que o momento exigia. Houve alguma ação de massas, com manifestações de até 15 mil pessoas em diversas capitais, puxadas principalmente pelos sindicatos de trabalhadores rurais. Estes, contudo, enfrentam obstáculos consideráveis, desde a opressão sufocante que impera nas áreas rurais até uma franciscana pobreza de recursos.

Por sua vez, o movimento operário e popular nas cidades não se deu conta, na prática, da importância de comprar esta briga - tanto por dever de solidariedade como para defender os seus próprios interesses.

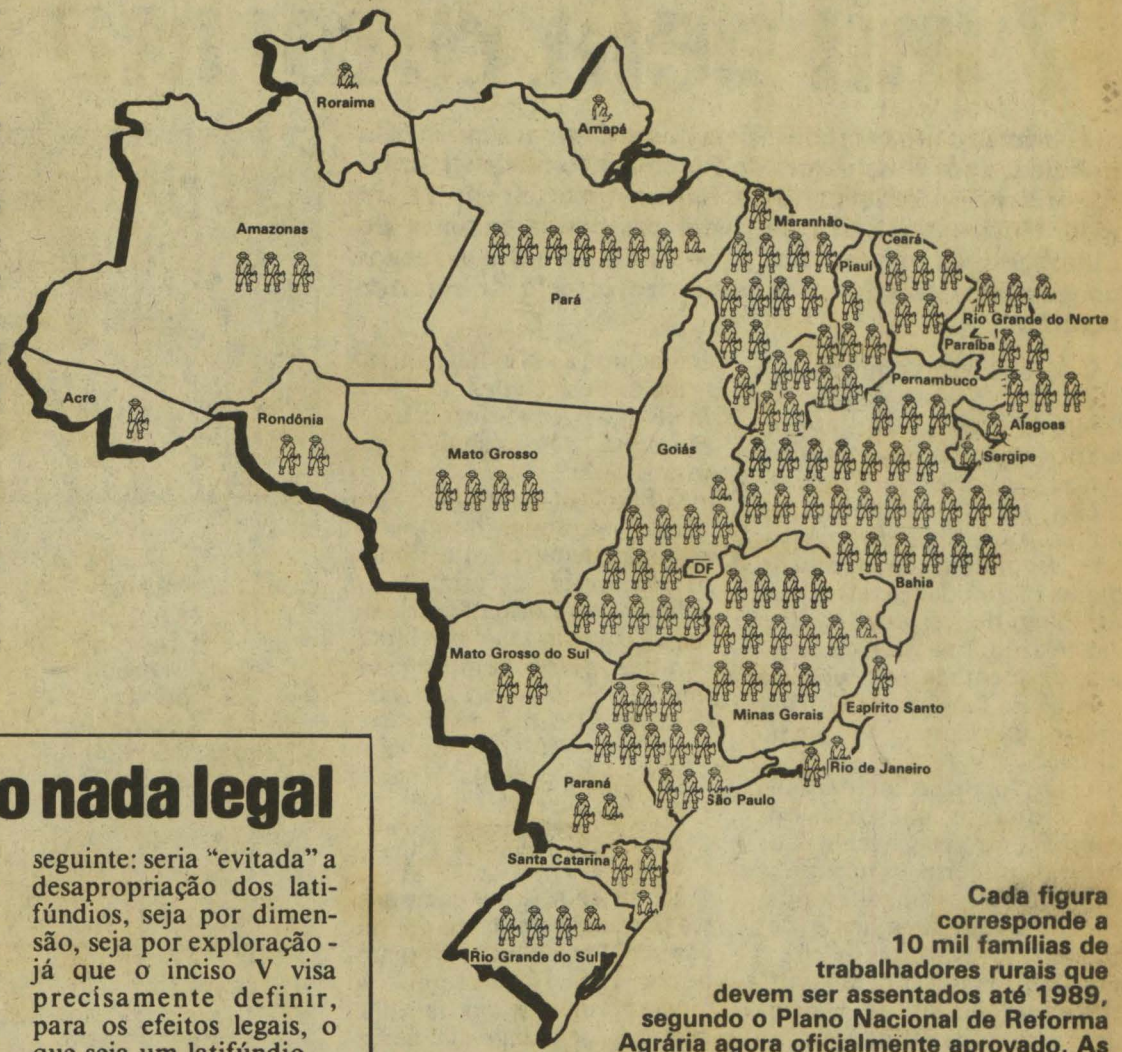
Expor essas debilidades não significa fazer pouco caso do potencial popular de luta pela reforma agrária. Pelo contrário. É possível que nunca esta bandeira tenha inflamado tantas esperanças pelo Brasil afora como nos últimos meses. E evidentemente jamais houve no país uma opinião pública tão maciçamente favorável a ela. Ocorre que o movimento popular não conseguiu ainda transformar em ação prática estes anseios em favor da mudança.

O Decreto 91.766 concentra as piores medidas de recuo

O resultado da delicada correlação entre pressões e contrapressões em sentidos opostos está nos três documentos aprovados dia 10: o PNDR (Plano Nacional de Desenvolvimento Rural, elaborado pelo Ministério da Agricultura); o PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), apresentado pelo Planalto; e o Decreto 91.766 assinado por Sarney na ocasião.

Os três textos não formam um todo harmonioso, acusando influências contraditórias. No conjunto, espelham recuos consideráveis em relação ao plano original. O decreto, em particular - formulado segundo consta pelo assessor palaciano Célio Borja -, volta atrás inclusive em relação a dispositivos do Estatuto da Terra de 1964 (veja o quadro).

As áreas prioritárias para fins de reforma agrária não se encontram ainda definidas, e ficam excluídas da prioridade as áreas de conflito pela terra ("Esses focos de conflitos não devem ser considerados para fins de reforma agrária, pois surgiram, porque



Cada figura corresponde a 10 mil famílias de trabalhadores rurais que devem ser assentadas até 1989, segundo o Plano Nacional de Reforma Agrária agora oficialmente aprovado. As metas fixadas, no entanto, contrastam com as consideráveis concessões que o latifúndio conseguiu.

não havia um plano de reforma agrária", foi o sofisma usado pelo general Ivan de Souza Mendes, do SNI). Todo o texto do PNRA fica expurgado de formulações mais incisivas. A indenização pelas desapropriações, antes propostas com base no valor declarado para fins de tributação do imóvel, passa a ser com base nos preços de mercado.

No entanto, contraditoriamente, o governo mantém a meta de 1,4 milhão de famílias sem terra a serem assentadas pela reforma nos próximos quatro anos, em 43 milhões de hectares. O ritmo dos assentamentos é até acelerado em 1986, de 100 mil para 150 mil assentamentos, numa área igual à do Estado do Rio de Janeiro (4,6 milhões de ha.).

Os latifundiários ainda querem jogar o PNRA às traças

Assim, os recuos no PNRA terminam provocando desapontamento nos trabalhadores sem satisfazer os senhores de terra. Para Flávio Teles de Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira, que congrega 94 associações patronais, o programa ainda é "demasiado ambicioso" e está "fadado ao fracasso". Já o jornal "O Estado de S. Paulo", tradicional porta-voz do latifúndio, avalia que "o plano aprovado pelo presidente contém em embrião muitas idéias do malsinado projeto Mirad/Incra".

Os latifundiários parecem dispostos a continuar torpedeando qualquer mudança efetiva na estrutura da posse da terra, partindo do fato de que planos e projetos no fundo não passam de pedaços de papel, batalham para dar a eles o mesmo destino de alimento para as traças que o Estatuto da Terra teve durante os cinco governos militares.

De sua parte, o campesinato, suas entidades sindicais e o movimento popular no seu conjunto aprendem a conhecer melhor o jogo complexo de pressões de classe que caracteriza a Nova República.

Daqui a menos de um mês, em 17 e 18 de novembro, a Contag realiza em Brasília um congresso extraordinário, convocando para a eleição de sua diretoria. O assunto reforma agrária inevitavelmente estará no centro de todas as atenções. A luta pela terra, que os planos em questão apenas refletem, de forma mais ou menos pálida, vai continuar. É ela, acima de tudo, que vai definir se o projeto do governo funcionará como uma forma marota de deixar tudo como está, ou quase, ou se iniciará mudanças efetivas na realidade brasileira. (Bernardo Joffily)



Mineiros realizam ato com 7 mil pela reforma agrária

O primeiro ato camponês pela posse da terra a quem nela trabalha, após a assinatura do Plano Nacional de Reforma Agrária pelo presidente José Sarney, ocorreu dia 11 em Belo Horizonte. Cerca de 7 mil pessoas, a maioria do campo, estiveram presentes, e protestaram contra os recuos do governo em relação ao primeiro projeto de reforma agrária.

Todos os 30 oradores condenaram o retrocesso do governo frente às pressões dos latifundiários contra a reforma agrária. O presidente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura José Francisco, não escondeu sua decepção diante das mudanças efetuadas no Plano de Reforma Agrária em relação à sua forma original, apresentada pelo próprio presidente Sarney no IV Congresso da Contag em maio último.

O ato foi precedido por uma emocionante passeata dos camponeses pelas avenidas da capital mineira. Durante a caminhada, os manifestantes conclamavam à unidade dos trabalhadores rurais e urbanos, indispensável para a vitória da propostas de reforma agrária antilatifundiária no país.

Vários representantes rurais das diversas regiões do Estado conclamavam seus companheiros a não desanimarem na luta. Mirinha, brava mulher de Cachoeira (norte de Minas),

emocionou a multidão com sua firme disposição de luta: "Se o Incra não fizer a reforma agrária agora, nós mesmos é que vamos fazer".

O PC do B, representado por Sérgio Miranda, da direção estadual, lembrou que foram os comunistas os primeiros a defender a reforma agrária no país. Dentre as inúmeras faixas levadas pelos camponeses, uma, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teófilo Otoni, era enfática: "Eu sirvo até de adubo. Mas da terra não saio". (da sucursal)

6 MIL EM PETROLÂNDIA

Cerca de seis mil camponeses participaram da manifestação em Petrolândia, Pernambuco, dia 15, exigindo o reassentamento das famílias expulsas pelo lago da barragem de Itaipicirica. Estiveram presentes a Contag, Fetape, Feta-Bahia e sindicatos de toda a região. Todos os pronunciamentos criticaram o novo Plano de Reforma Agrária do governo.

O protesto da Contag

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) divulgou dia 11 último nota à imprensa tomando posição à respeito do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) assinado pelo presidente Sarney no dia anterior. Abaixo transcrevemos trechos do documento:

"No IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em maio último, o presidente José Sarney anunciou o PNRA perante mais de 4 mil delegados de 2.600 Sindicatos, 22 Federações e da Contag, representando 12 milhões de trabalhadores rurais, para quem a Reforma Agrária sempre foi a bandeira de luta maior levantada em todos os Congressos da classe até aqui realizados. (...)

"O Movimento Sindical

Foto: André Dusek



dos Trabalhadores Rurais, sempre alerta na sua luta concreta pela Reforma Agrária, através da resistência dos trabalhadores do campo na terra, continuou se manifestando na expectativa de que o Plano fosse aprovado em definitivo e de imediato, mostrando que as modificações à sua proposta original só tinham razão de ser no sentido de seu aperfeiçoamento, isto é, modificações que representassem mudanças efetivas na estrutura agrária brasileira. (...)

"O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais constata que o PNRA assinado pelo governo no IV Congresso e as sucessivas promessas de realizar a Reforma Agrária. (...)

"O PNRA aprovado pelo Governo está aquém do próprio Estatuto da Terra, chegando em alguns pontos até mesmo a se chocar com aquele diploma legal que está aí há 21 anos sem aplicação.

Por outro lado, estas últimas medidas governamentais poderão ensinar o casuísmo ao invés de tornarem o PNRA um instrumento eficaz de mudança da injusta estrutura agrária brasileira. Dessa forma, o governo se distancia dos compromissos assumidos pela Nova República não somente diante dos trabalhadores rurais, mas de toda a Nação.

"A disposição dos trabalhadores rurais é a de levar à frente os compromissos assumidos no IV Congresso Nacional da classe, no combate à estrutura agrária injusta e opressora.

"O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais continuará acumulando forças e avançando na sua organização, sem se frustrar com o recuo do governo, perseguindo a conquista de uma verdadeira Reforma Agrária em nosso país."



César Diniz

A empolgação após cada proposta vitoriosa da Viração

UPES de volta às escolas após o 3º Congresso

Os 835 delegados presentes ao 3º Congresso da União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES) escolheram por ampla maioria a chapa "Reconstrução", liderada pela corrente *Viração*, para dirigir a entidade. A antiga diretoria, ligada à Convergência Socialista, deixou a entidade num imobilismo total e, de tão desgastada, não conseguiu ganhar nenhuma votação no congresso.

Sueli Scutti, a nova presidente da UPES, afirma que a principal resolução do encontro foi a eleição de uma diretoria comprometida a levar adiante a proposta de luta aprovada pelos estudantes. "O imobilismo da última diretoria - diz Sueli - fez com que o número de delegados fosse menor do que a gente esperava. Muitas delegações de cidades do interior se negaram a participar porque a UPES praticamente inexistia."

As principais tarefas que os novos diretores deverão encaminhar são: reconstruir a UPES, através dos departamentos e das diretorias regionais; fazer um levantamento dos jovens sem escolas no Estado; lutar pela extinção de todas as taxas nas escolas, particularmente a APM; fiscalizar a aplicação das verbas provenientes da Emenda Calmon.

A *Viração* contava com cerca de 400 delegados e aprovou com facilidade as suas propostas. Entre elas a de lutar pela construção dos grêmios livres nas escolas; participação da UPES no Conselho Estadual de Educação; para os estudantes da capital a orientação de se lutar

pelo voto contra Jânio Quadros. Um petista levou uma sonora vaia ao afirmar que "votar em Fernando Henrique é a mesma coisa que votar em Jânio".

Importante vitória

As lideranças estudantis, representando os 5,8 milhões de secundaristas, desbancaram da UPES a corrente divisionista que entrava as lutas no Estado. Foram quatro anos de inoperância, distanciamento das lutas, ausência de orientação às entidades que surgiam, tentativas frustradas de divisão. "Alicerce" transformou a UPES numa coisa amorfa, a serviço de seu grupo, isolando-se dos estudantes.

Ganhou força os que fizeram a verdadeira oposição. Oposição ao divisionismo e ao aparelhamento da entidade. São estes estudantes que agora terão a responsabilidade de reerguer a UPES, reconstruir as entidades municipais, lutar pelos grêmios livres e por uma nova educação.

Foi uma grande vitória para o movimento secundarista e uma lição a ser seguida. Limpemos as entidades estudantis das falsas idéias, lutemos por sua unidade. (Apolinário Rebelo, ex-presidente da UBES)

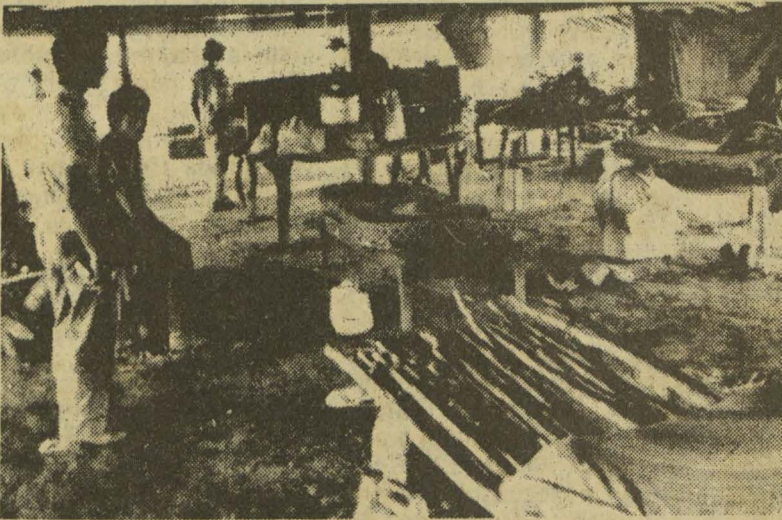


No ato em Minas críticas ao PNRA assinado por Sarney (foto menor)

Trabalhadores rurais desempregados ocupam terras no interior paulista

Na noite de 3 para 4 de outubro, 54 famílias de trabalhadores rurais de Sertãozinho ocuparam as terras da fazenda Guarani, de propriedade da Fepasa (Ferroviária Paulista). As terras da Fepasa ficam no município de Pradópolis, na região de Ribeirão Preto, cercada pelos canaviais das usinas de açúcar. Com o fim da safra de cana milhares de trabalhadores rurais ficam desempregados, daí que vários deles organizaram a ocupação.

São 500 alqueires de terra na Fazenda Guarani. Os ocupantes pretendem distribuir para cada uma das 54 famílias um lote de 5 alqueires. No local existe um velho galpão abandonado onde estão alojados os lavradores. Montaram oito fogões para preparar a comida coletivamente. Após o café da manhã os trabalhadores saem para preparar a área para o



Neste barracão as famílias dos ocupantes dormem e fazem comida

plantio. No centro do barracão ficam os sacos de mantimentos doados pela população das cidades vizinhas.

No dia 10 saiu uma determinação judicial para que deso-

cupassem a área, mas suspensa após contatos com a Fepasa. Dia 14 uma comissão de invasores foi a São Paulo junto com dirigentes da Fetaesp (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) para negociar

o direito à terra. Mas os proprietários da terra se recusaram a sentar na mesa de negociação e o impasse continuava até o fechamento desta edição.

Caso sejam despejados, os ocupantes pretendem acampar às margens da estrada até conseguirem a aplicação da reforma agrária. Para resistir, eles contam com o apoio do povo, da Fetaesp, do deputado Valdir Trigo e do vereador Luís Garcia, ambos do PMDB, e também do PC do B do Sindicato dos Metalúrgicos de Ribeirão Preto.

"Daqui não sairemos de volta para nossas casas", diz um dos ocupantes. E acrescenta: "Precisamos plantar alimentos - arroz, feijão, milho - para o povo comer. Já estamos cansados do cheiro de cana e mais cana". (Antônio Soares, Tom)

Trabalho escravo até de crianças em Paragominas

Dois jovens, de 22 e 12 anos, conseguiram fugir da Fazenda Diana, em Paragominas (Pará) onde estavam submetidos ao trabalho escravo. Os dois foram arregimentados pelo "gato" Zé Gomes, que lhes prometeu remuneração de Cr\$ 10 mil por dia, refeição etc.

Os jovens, que viviam em Bragança, caíram nessa conversa. Mas a realidade que encontraram era bem outra. Trabalhavam de sol a sol. Ao rapaz de 22 anos foi prometida uma diária de Cr\$ 7 mil, ao garoto de 12, a diária foi reduzida para Cr\$

3.500. A boia só era fornecida duas vezes ao dia - pela manhã e no final da tarde. E além do mais, para receber o pagamento era uma verdadeira novena.

Os dois jovens trabalharam dois meses e nada receberam. Reclamaram, e por isso tiveram que fugir, para não serem mortos pelos jagunços que cercam a Fazenda Diana. Os trabalhadores, ou melhor, os escravos, vivem sob clima de terror, ameaçados por inúmeros pistoleiros.

(da sucursal)

Estude o marxismo-leninismo

JOÃO AMAZONAS	
Revisonismo chinês de Mao Tsetung	Cr\$ 10.000
O trotsquismo, corrente política	
contra-revolucionária	Cr\$ 2.000
Socialismo, ideal da classe operária	Cr\$ 12.000
MARX E ENGELS	
Obras escolhidas, 3 volumes - cada volume	Cr\$ 42.000
Manifesto Comunista	Cr\$ 9.100
LÊNIN	
O Estado e a Revolução	Cr\$ 23.100
Sobre os Sindicatos	Cr\$ 20.000
Esquerdismo, doença infantil do comunismo	Cr\$ 26.000

Pedidos à Editora Anita Garibaldi com o envio de cheque nominal no valor da compra. Av. Brigadeiro Luís Antônio, 1511, CEP 01317, fone 251.2729.

Viração vitoriosa no Ceará e Paraná

A tendência *Viração* saiu vitoriosa em mais duas eleições para diretoria de entidades estudantis. Nas eleições para o DCE da Universidade Federal do Ceará venceu a chapa "Universidade Agora", apoiada por *Viração*. A chapa petista "Chega" não se convenceu da sua derrota e pediu recontagem dos votos, tentando alegar fraude. Mas o conselho de entidades decidiu pela homologação da chapa vitoriosa nas urnas.

Na Universidade Federal do Paraná ganhou as eleições para o DCE a chapa "Novo Tempo", obtendo 1.600 votos, 400 a mais do que a segunda colocada. A chapa eleita propõe a luta pela

reforma universitária e para isso pretende mobilizar os estudantes universitários.

UNE RECONHECIDA

O Senado aprovou em sessão extraordinária noturna dia 15 o projeto de lei de autoria do deputado Aldo Arantes (PMDB-GO) que reconhece a UNE (União Nacional dos Estudantes) como entidade representativa do conjunto dos alunos das escolas de ensino superior. Também ficam legalizadas as Unões Estaduais de Estudantes e os Diretórios Centrais dos Estudantes e assegurados o direito de organização de Centros ou Diretórios Acadêmicos.

Eleição na Fetagri poderá ser anulada por fraude

A ocorrência de fraude na eleição para a diretoria da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Amazonas (Fetagri) fez com que nove delegados votantes ingressassem com recurso junto à Delegacia Regional do Trabalho, pedindo a anulação das eleições realizadas no dia 2 de outubro. Estes delegados assinaram uma declaração afirmando que votaram na chapa 1, encabeçada por Wilson Ferreira Paixão.

Após a apuração dos votos, o resultado proclamado apresentou nove votos em favor da chapa 2 e apenas sete votos para a chapa de Wilson Paixão. Segundo os delegados qualificados para o processo eleitoral, se configurou uma fraude eleitoral, pois houve manipulação de

votos.

Embora a ata de encerramento da votação não registre, houve interrupção na votação entre 11:30 e 14 horas, conforme diz o presidente da Fetagri. Neste intervalo a urna ficou abandonada, sem nenhuma segurança, tendo permanecido no recinto em que ela se encontrava apenas três pessoas, todas vinculadas à chapa 2, apontada como vencedora.

Para fundamentar o pedido de anulação da eleição, os delegados denunciaram ainda que a mesa coletora não cumpriu a portaria do Ministério do Trabalho, de agosto deste ano, que alterou o artigo 22 da Portaria de 20 de dezembro de 1947.

(da sucursal)

Exigência dos PDs atendida pela metade

O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, assinou a carta de reconhecimento dos Sindicatos dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. A categoria que nesses Estados estava organizada em associações profissionais pré-sindicais, teve assim uma das suas principais reivindicações atendidas. Mas, apenas pela metade, conforme suas lideranças denunciam.

As entidades foram enquadradas pelo Ministério do Trabalho como representativas de "categoria econômica", quando os trabalhadores lutam pela classificação na condição de "categoria diferenciada". A diferença é que, na primeira condição, o sindicato só poderá representar os interesses dos trabalhadores empregados em empresas de processamento de dados; na segunda, todos os trabalhadores de processamento de dados, independente da empresa em que estão empregados (bancos, por exemplo), seriam enquadrados.

O resultado é que, somente em São Paulo, cerca de 60% da categoria (de aproximadamente 40 mil pessoas) foram aliadas do sindicato. A posição de Pazzianotto é contrária às decisões adotadas nos seis congressos e cerca de 30 encontros nacionais realizados pelos trabalhadores do setor. E teria sido adotada, segundo os sindicalistas, por pressões de setores patronais e governamentais. Na associação paulista, 15 membros da atual diretoria trabalham em empresas fora da base definida pelo Ministério e terão de ser aliçados do sindicato.

Júri condena agressão contra mulher no Ceará

Em comemoração do Dia Nacional da Luta Contra a Violência sobre a Mulher, o Centro Popular da Mulher de Fortaleza realizou no dia 10 de outubro, na praça José de Alencar, um júri simulado. A manifestação atraiu a atenção de cerca de 500 populares, que tiveram uma participação bastante ativa.

Mulheres e homens presentes ajudaram a acusação, vaiaram o réu e seu advogado de defesa. Uma pessoa simples do povo, acreditando se tratar de um júri verdadeiro, conclamou o povo a fazer justiça com as próprias mãos. "Este desgraçado covarde não pode sair vivo daqui", gritou o popular, investindo contra o estudante de Direito que fez o papel de agressor de uma mulher. A revolta demonstrou a tendência progressista do povo no tocante ao relacionamento homem/mulher, à defesa dos direitos das mulheres e o repúdio a qualquer tipo de violência sobre estas.

O padre Haroldo, vigário do Pirambu, que fez parte do júri, deu seu voto publicamente: "Condeno este réu e toda a estrutura de dominação da mulher que gera os inúmeros atos de violência". Gilse Avelar, presidente da Comissão Provisória do PC do B no Ceará, também condenou o agressor, esclarecendo que "na pessoa dele, condeno a todos a quem interessa conservar a dominação da mulher e evitar a sua participação na sociedade como meio de impedir as transformações sociais". (da sucursal)

Professores dão posse à nova direção da APLB

Numa assembléia com mais de 500 pessoas presentes, no último dia 15, os professores baianos deram posse, provisoriamente, à nova diretoria da Associação dos Professores Licenciados da Bahia. Apesar de ter vencido as eleições, realizadas nos dias 25 e 26 de setembro, a nova diretoria, encabeçada pela professora Maria José Rocha, ainda não foi empossada oficialmente devido a uma manobra das duas chapas perdedoras, vinculadas a correntes petistas. Desrespeitando a decisão da categoria (a chapa de Maria José teve 57,5% dos votos no pleito), os petistas entraram com pedido de anulação da eleição. Revoltados com o golpe baixo dos derrotados, os professores fizeram questão de aclamar na assembléia a nova direção sindical. (da sucursal)

Funcionários da ECT fazem greve por 30% e readmissão de 1.500

Os funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) entraram em greve em todo o país na terça-feira da semana passada, dia 15. As primeiras paralisações foram deflagradas em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Pará. Até quinta-feira, haviam aderido os trabalhadores nos serviços postais de São Paulo, Rio de Janeiro e 12 outros Estados.

A categoria está reivindicando a incorporação da antecipação salarial de 30%, concedida em maio pela empresa e descontada no reajuste semestral de setembro; a readmissão de 1.500 funcionários despedidos em São Paulo após a greve de maio, 25 no Rio de Janeiro, 10 em Brasília e 20 na Bahia; manutenção do monopólio estatal sobre o setor; trimestralidade; redução da jornada de trabalho e cumprimento total do acordo estabelecido em março, que, segundo os funcionários, vem sendo sistematicamente burlado.

ADESÃO GERAL

Na maioria dos Estados a greve tem contado com a adesão massiva dos funcionários da ECT. No Rio Grande do Sul a paralisação atingiu 70%, sendo total em Porto Alegre, Caxias do Sul, Canoas e São Leopoldo. Em assembléia realizada na noite do dia 15, os trabalhadores decidiram dar continuidade ao movimento e resolveram realizar vigília diante do prédio dos Correios, situado na rua Siqueira Campos.

No Rio de Janeiro, a Polícia Militar promoveu uma violenta repressão contra um piquete montado pelos trabalhadores junto à agência central dos Correios. Soldados da PM, armados

de revólveres, cassetetes e bombas de gás lacrimogênio, feriram oito grevistas e duas jornalistas, que tiveram de receber cuidados médicos.

Em Belo Horizonte, todas as 40 agências da empresa fecharam em decorrência da greve. Em São Paulo, a decisão de parar foi adotada em assembléia realizada na Praça da Sé, às 20 horas, quarta-feira, dia 16, que reuniu mais de 1.000 funcionários.

A repressão foi intensa em vários Estados. A direção da ECT e o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, têm procurado debelar o movimento através da violência e da ameaça de demissões, que, até quinta-feira, segundo informações do próprio ministro, já haviam atingido 40 grevistas. A empresa também soltou uma nota com os velhos e surrados argumentos do tipo "o movimento é incentivado por força políticas desagregadoras" e "está sendo dirigido por elementos estranhos aos Correios". A reivindicação da incorporação dos 30% de antecipação corresponde a um antigo anseio da categoria, conforme as lideranças, que também exigem estabilidade no emprego. O comando nacional da greve está em Brasília tentando negociar uma solução para o movimento.

(das sucursais)



Foto: César Diniz

Reunidos na Praça da Sé, os funcionários da ECT paulista decidem greve

Jogo sujo na eleição de Taubaté

Na semana passada ocorreu o segundo escrutínio das eleições para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Pindamonhangaba, no interior paulista. A chapa situacionista obteve 2.731 votos, contra 2.083 dados a Chapa 2, formada pelas lideranças mais combativas da categoria.

Para garantir a vitória - que no primeiro escrutínio foi conquistada, entre outras coisas, pelo suborno de um operário da Ford (ver TO nº 237) -, a situação utilizou-se dos métodos mais condenáveis. A campanha anticomunista, taxando a oposição como sendo do PC do B, foi levada ao extremo, lembrando a velha prática da ditadura militar.

Num planfeto, a Chapa 1 acusou os comunistas de serem os responsáveis pela morte de centenas de jovens na Guerrilha do Araguaia e pelo AI-5! Em entrevista às rádios locais, Luís Carlos (encabeçador da chapa situacionista) deu a entender que o PC do B pretendia transformar o sindicato num aparelho para treinamento de guerrilha e que deportaria jovens trabalhadores para a luta na Nicarágua e El Salvador.

Além do anticomunismo raivoso, a

situação contou com o apoio direto das empresas, que transformaram seus RIs (gerentes de Relações Industriais) em verdadeiros cabos eleitorais. Temendo a ampliação da vitória oposicionista na Volkswagen, o RI dificultou o pleito e mais de 250 operários deixaram de votar. Na Villares, fábrica de grande proporções, foi colocada uma única urna, e bem em frente ao prédio do RI (no pleito anterior a urna foi itinerante). Só votaram 157 trabalhadores, sendo que no primeiro escrutínio a Chapa 2 obteve sozinha 168 votos.

Apesar de todo o esquema, a oposição ainda venceu na maioria das empresas da região, numa clara expressão do sentimento mudancista da base. Muitos eleitores, revoltados com o resultado, chegaram a rasgar suas carteiras de sindicalizados. Outros prometeram fazer o mesmo, mas foram contidos pelos integrantes da Chapa 2. Para os oposicionistas, que emitiram uma nota à categoria, é fundamental agora fortalecer o Sindicato, multiplicar o número de sócios e pressionar a diretoria, evitando que esta traia os interesses dos metalúrgicos.

Petista condena a estabilidade

A recente ameaça dos funcionários do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas de entrar em greve, depois que a reivindicação de estabilidade no emprego foi negada pelo presidente da entidade, Ricardo Moraes, gerou um profundo racha na jovem diretoria sindical. Dos 24 diretores, 18 votaram a favor da estabilidade, mas a minoria manobrou uma assembléia rejeitando a reivindicação. Nela, o sindicalista fez o mesmo discurso dos patrões. "Trabalhador com estabilidade faz corpo mole", afirmou Ricardo, que é um dos expoentes do PT e da CUT no Estado.

A divisão serviu para trazer à luz a visão aparelhada que o PT tem de sindicato. Um motorista da entidade chegou a denunciar na assembléia que já

realizou "vários trabalhos, não para o Sindicato, mas para o chamado Partido dos Trabalhadores". Outros explicam que, ao negar a estabilidade, a corrente petista pretende demitir os funcionários que não são ligados a agremiação partidária, para colocar nos seus lugares apenas os petistas puros. Outro orador perguntou: "Com que cara vamos enfrentar os patrões, pedindo estabilidade, se na nossa própria casa não garantimos esse direito aos nossos funcionários?" E um operário da Semp-Toshiba condenou a postura do presidente do sindicato, que "lembra a prática autoritária herdada da pelegada que foi derrotada em 1983".

(da sucursal)

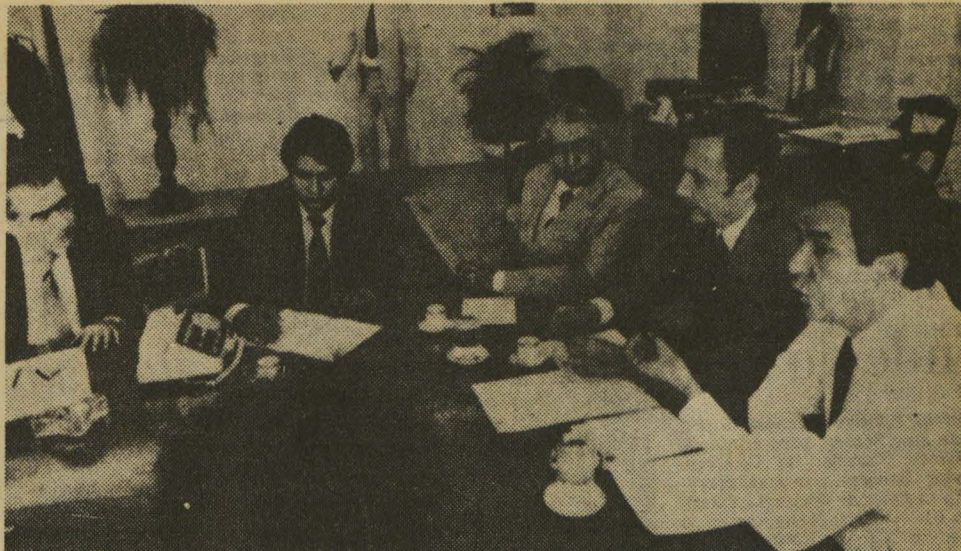


Foto EBN

Pazzianotto e Funaro representaram o governo na conversa com os sindicalistas

Conclat apresenta ao governo as suas reivindicações

Na segunda-feira, dia 14, realizou-se a primeira reunião entre os ministros do governo e os sindicalistas da Conclat (Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras). O encontro faz parte de uma série de contatos tripartites (governo-empresários-trabalhadores) proposta pela Nova República com vistas a forjar um amplo "entendimento nacional".

Na primeira conversação, que durou mais de 3 horas, os dez representantes da Conclat, eleitos na Plenária Nacional dos dias 4 e 5 de outubro (ver TO nº 238), expuseram aos ministros as cinco reivindicações básicas do movimento sindical brasileiro: trimestralidade; aumento real de salários; estabilidade no emprego; reconhecimento das Comissões de Empresas; e implementação imediata do plano original de Reforma Agrária.

Os interlocutores do governo - os ministros do Trabalho e da Fazenda, Almir Pazzianotto e Dilon Funaro, respectivamente - não contestaram as exigências dos trabalhadores. Limitaram-se a apresentar uma contraproposta inicial para debate que prevê: aumentos reais de salários; redução substancial do Imposto de Renda cobrado dos assalariados; e criação de novos empregos. No entanto, não detalharam como estas metas seriam atingidas na atual gestão.

Por outro lado, os ministros anunciaram para breve uma reunião com os empresários, onde sondariam até onde o setor patronal está disposto a ceder. Posteriormente as três partes envolvidas na difícil costura do chamado "pacto social" sentariam à mesa juntas. Também é de interesse do governo incluir a central petista, a CUT, nas conversações. Mas até agora, numa postura infantil, esta se nega a qualquer diálogo.

"DIÁLOGO NECESSÁRIO"

Para Oswaldo Ribeiro, presidente do sindicato dos Aeroviários de São Paulo e um dos representantes da Conclat na reunião, "a conversa, apesar de não ter avançado muito, foi positiva". Segundo sua avaliação, "o diálogo é necessário, principalmente porque vivemos um momento de transição no país. Sem abrir mão das suas reivindicações, o movimento sindical não tem

porque temer as conversações. Inclusive porque o governo se mostra aberto ao diálogo, propõe pela primeira vez nos últimos 21 anos uma reunião aberta, franca. Não podemos aparecer à opinião pública como inflexíveis. No mínimo o diálogo serve para mostrar que os arrogantes e intransigentes são os patrões".

A Conclat aguarda agora a reunião com os empresários. Oswaldo acredita que "a partir daí a coisa vai esquentar. Os empresários têm endurecido nas lutas salariais recentes. Eles só estão topando conversar porque temem uma explosão de grande proporções em todo o país. Sabem que Conclat-CUT conversam no sentido de unificar suas lutas e têm visto na prática a unidade como a articulação das 25 entidades sindicais em São Paulo. O objetivo deles é apenas de enrolar, evitar as greves. Mas fiquem sabendo que nós não vamos abrir mão de nossas reivindicações e utilizaremos da nossa principal arma, a greve, para conquistá-las".



Foto: César Diniz

Oswaldo: "Não tememos a conversação"

Onda grevista atinge hospitais na Bahia

Desde sexta-feira, dia 11, os médicos do Estado, da prefeitura e do Instituto de Assistência e Previdência do Estado (Iapseb), na Bahia, encontram-se em greve. A categoria exige Cr\$ 4 milhões de piso salarial, com base no que ganham os médicos do Inamps, além de 20% de adicional de insalubridade e noturno - entre outras reivindicações.

Segundo o médico Gil Freire, "a mobilização e organização da categoria produziram o maior movimento na área médica e de saúde ocorrido na história da Bahia". Exemplo disso, segundo o grevista, são as assembléias participativas, as inúmeras reuniões nos locais de trabalho e as duas expressivas manifestações de rua já realizadas.

PIQUE GREVISTA

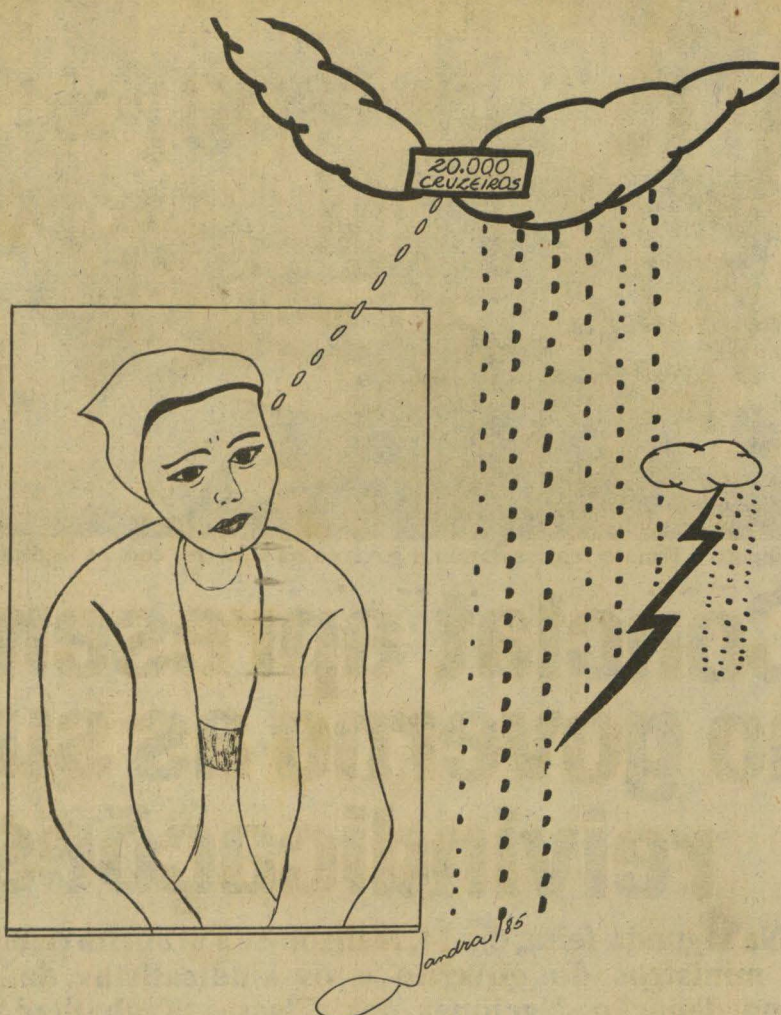
A revolta dos grevistas se baseia num dado bastante concreto. Nos últimos tempos ocorreu um aumento sensível na arrecadação de impostos, mas não houve qualquer retorno aos funcionários públicos em forma de reajustes salariais. A Bahia é um dos Estados que menos investe na folha de pagamento dos servidores em todo o país. Apesar disso, o secretário da Saúde, Nelson Barros, e o governador João Durval tratam os trabalhadores com desdém e repressão. Vários grevistas já foram punidos pelo governo, que prometeu uma contraproposta, até agora não se manifestou sobre as suas reivindicações.

Na esteira do movimento dos médicos, os enfermeiros e mais 21 entidades ligadas à área de saúde estavam para decretar greve por tempo indeterminado a partir da zero hora do dia 18. A principal reivindicação é a elevação do piso salarial para todos os servidores. As diversas entidades sindicais já entregaram um documento conjunto ao governador João Durval e agora aguardam uma resposta positiva.

Para Cristina Melo, presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Estado, representou um grande avanço a unidade de todas as categorias que trabalham na área de saúde. "É um passo importante para a unificação da campanha salarial e para que obtenhamos conquistas", afirmou.

Também os professores da rede estadual e municipal não descartavam a possibilidade da deflagração de um movimento paredista a partir de sexta-feira, dia 18. A numerosa categoria vem num ascenso em sua mobilização. No último dia 14, os professores realizaram uma passeata do Campo Grande até a praça Municipal para protestar contra o não atendimento das reivindicações pelo governo estadual e municipal. Carregando faixas e cartazes com os dizeres "Para que o povo seja bem educado é preciso que os professores sejam bem remunerados" ou "200% não cobre a inflação, mas garante o nosso pão", os docentes receberam o apoio entusiástico do povo nas manifestações de Salvador.

As manifestações de Salvador foram organizadas pela Fundação Maurício Grabois.



Bóias-frias na seca passam fome

Eu trabalho na roça e ganho Cr\$ 20 mil por dia. Mas não tem serviço direto: às vezes chove e às vezes falta trabalho.

Encontro muita dificuldade em estudar meus filhos, por falta de material escolar.

Eu tenho três filhos e o que ganho não dá nem para a alimentação. Se precisa de remédio para eles tem o Centro de Saúde, mas não adianta nada. Tem médico mas eles dão a receita e eu não posso comprar. Se pudesse eu iria na farmácia direto, que o farmacêutico dá mais atenção.

Aqui, quando chega o tempo da seca, os bóias-frias passam fome. Ainda não achamos nenhuma solução. O prefeito me prometeu dar serviço, mas foi só para ganhar o voto. Nada que precisa ele ajuda. Desde já agradeço. (J.P.S. - Três Fronteiras, São Paulo)

Na eleição, promessas.

Depois, nem dão bom dia!

Aqui nós somos trabalhadores. Todos nós trabalhamos na roça. No tempo da eleição, os candidatos vieram aqui e ofereceram serviços para todos se ganhassem a eleição.

Ganharam mas não deram o serviço. Depois que ganham, passam perto e nem cumprimentam. Eles só queriam o voto.

Fomos pedir e não deram. Prome-

teram o serviço, a gente foi falar com eles e eles disseram que iam arrumar. Depois disseram que iam ver se tinha vaga. Só tem emprego para a família deles, a gente que tem dinheiro.

Todos aqui dizem que não vão mais votar neles. E só em casa temos cinco eleitores. (J.R.C. - Três Fronteiras, São Paulo)

Trabalho quando existe é a Cr\$ 15 mil por dia

Eu sou lavrador e amo esta profissão, na qual estou desde os nove anos de idade, apesar da indiferença que os governantes sempre tiveram pelos lavradores, especialmente os bóias-frias.

Quero expor algumas injustiças que sofremos em nosso município de Três Fronteiras (São Paulo). O nosso prefeito atual prometeu emprego para todas as pessoas da classe baixa e depois de eleito fez o contrário. Tirou os funcionários pobres da Prefeitura e deu os cargos para seus amigos.

Ele está asfaltando a cidade quase toda e as casas confrontadas com o asfalto - diz o prefeito - serão propriedades da Prefeitura, caso o asfalto não seja pago nas condições

que ele impõe, fora do alcance dos bóias-frias.

No Posto de Saúde, o funcionário encarregado de dar leite às crianças carentes faz o maior esforço para não passar leite às crianças.

Quanto ao emprego dos bóias-frias, no período de entressafra é muito difícil. Quando se consegue, é por Cr\$ 15 mil a diária atual.

Outro problema é que aqui os açougues não têm fiscalização. Vendem carne de gado doente. O pecuarista usa medicamentos tóxicos no gado e, não tendo efeito de cura, manda para o abate. Isso ocorre porque o pecuarista é o próprio dono da casa de carnes.

(E.P.D. - Três Fronteiras, São Paulo)

Tanto querer

Queremos ser livres e plantar esperanças. Mas como ser livres, se estamos acorrentados? Como plantar esperanças, se estão destruindo essas sementes e podando as árvores, de maneira que não possam mais renovar, ou frutificar.

Queremos sorrir, demonstrar alegria nos olhos. Mas como sorrir diante de barrigas vazias e pés descalços? Como demonstrar alegria diante de olhos tristes e sofridos que só brilham quando o coração transborda um grito surdo de sofrimento em forma de lágrimas.

Não queremos muito. Mas não nos dão nada, nada do que nos pertence... E querem que transformemos pranto em riso. Será que não somos humanos? Somos sim. A diferença é que não usamos paletó e gravata. Usamos o campo, como escritório; a enxada e as máquinas, como caneta. Usamos a terra como papel, onde escrevemos com tinta verde e viva a pouca leitura que aprendemos por nós mesmos, e que ela entende tão

bem.

A diferença é que usamos a brisa, como ar condicionado e o sol como luz natural.

A chuva que te resfria, nos fortifica e traz fertilidade a cada gota.

A diferença é que os patrões são muito pequenos em relação aos empregados, e querem superar essa pequenez com opressão, imposição e escravidão, disfarçada em palavras bonitas.

Exploram a ignorância desses homens da terra, com suas próprias leis. Falam de honestidade durante o dia, mas roubam durante a noite...

Eles colocaram um obstáculo para nos impedir de ver o sol. Mas um dia (muito breve), esse pano há de cair; e quando isso acontecer, não mais existirão paletós e gravatas. Todos nós vestiremos roupas simples, de trabalho, de unificação.

...E, quem sabe, poderemos voltar a sorrir. (L.H.P.S. - Cruz das Almas, Bahia)

Essa votação na Comurg foi uma luta de classe

No dia 11 de setembro foi iniciada uma grande campanha para a eleição na Associação dos Servidores da Empresa de Asseio e Conservação de Goiânia (Comurg), onde trabalham 5.800 operários. Concorreram três chapas, mas duas delas eram compostas por chefes e patrões. A terceira era composta por motoristas, varredores, coletores e pedreiros, que são considerados pequenos por ganharem pouco.

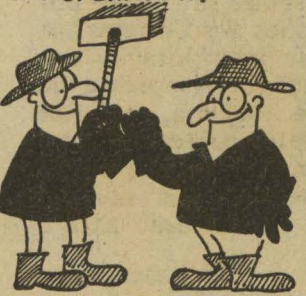
Enquanto as outras tinham todos os esquemas de máquina e dinheiro para a campanha, nós só tínhamos a força do peito e pernas para andar. Sem recursos para nada. Nos dois últimos dias da campanha, membros da Chapa 3 e companheiros de luta ficaram sem comer e sem dormir,

trabalhando de garagem em garagem (ou distrito). Aliás, tínhamos um fusquinha velho, mas faltava gasolina e ainda roubaram a bateria.

O candidato a presidente pela Chapa 3 era o motorista Henrique, que junto com os outros componentes não descansou nem um só momento, até a vitória. Foi uma luta de classe essa eleição, com uma vitória de 247 votos de frente, sobre os poderosos.

O Henrique agora é o atual presidente da Associação, que tem o nome de Ascom. Esta vitória ocorreu no dia 2 de outubro, às 22 horas e 30 minutos. Do total de 3.041 votantes, a Chapa 3 teve o respaldo total de 1.486 votos. (Assinam o presidente, o tesoureiro da Ascom, M.A.F. e R.F.O. - Goiânia, Goiás)

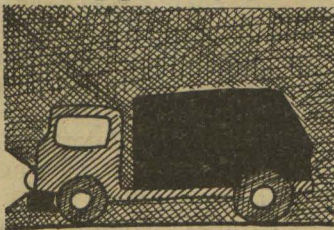
CHEFE DEFENDE CHEFE. TRABALHADOR DEFENDE TRABALHADOR!



O HENRIQUE NÃO TEM MEDO DE CHEFE.



O HENRIQUE E TRABALHADOR. ELE É MOTORISTA.



ELE É DE LUTA, DIRIGIU AS GREVES DA COMURG.



Em Itamarandiba o o prefeito diz não à reforma agrária

O prefeito de Itamarandiba (Minas Gerais), ex-PDS, declarou que não gosta do ex-orientador da Fetaemg Benedito Porto, o Bené, e sua esposa Ana de Lourdes. Bené é um grande lutador em defesa dos trabalhadores, para que seus direitos sejam respeitados. Muitas vezes ele passou noites junto a tantas famílias, enfrentando coronéis armados e jagunços a mando das grandes empresas, como é a CAF, que queria despejar 28 famílias de posseiros da fazenda Manoel Pereira.

Parece que o prefeito não apóia o órgão que ajuda as lutas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itamarandiba. O prefeito também falou que não gosta do presidente do Sindicato, o qual vem denunciando seus maus feitos.

Falar em reforma agrária

aqui em Itamarandiba é o mesmo que planejar um terrorismo. O Sindicato vive enfrentando grandes problemas, principalmente com a Prefeitura. O prefeito é contra o plano de reforma agrária do governo federal. Diz que no município de Itamarandiba não cabe reforma agrária. Isso é o que ele pensa!

Nós, trabalhadores do campo e da cidade, queremos reforma agrária. Com ou sem ajuda do prefeito de Itamarandiba e dos demais componentes do seu grupo anti-reforma. Os trabalhadores do município e de todo o Brasil querem mudanças. E só haverá mudanças com a reforma agrária. (Geraldo Martiniano dos Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itamarandiba - Minas Gerais)

Um dia de muita emoção dos jovens de Sta.Inês

A Comissão Provisória da União da Juventude Socialista de Santa Inês (Maranhão) realizou seu primeiro encontro no dia 6, com cerca de 150 jovens, na maioria estudantes secundaristas. Foi um dia de festa e muita emoção para a juventude. Houve teatro, dança e esporte.

Estiveram presentes os colégios CIMA, Inês Galvão, Sete de Setembro, Senador José Sarney, Conceição Freire, CEMA, Estado de Pernambuco e Batista. Cada colégio foi representado com seu time de futebol de salão e todos competiram num torneio. Apesar de não haver taça para ofertar ao campeão, terminamos com abraços e

emoção por termos competido.

Um dos bairros mais representados foi o da Palmeira, que esteve em maioria. Durante o encontro 66 jovens filiaram-se à UJS.

Estiveram presentes o representante do PC do B, professor Expedito Cruz, o vereador do PMDB Pedro Filho e o suplente Altir Leite.

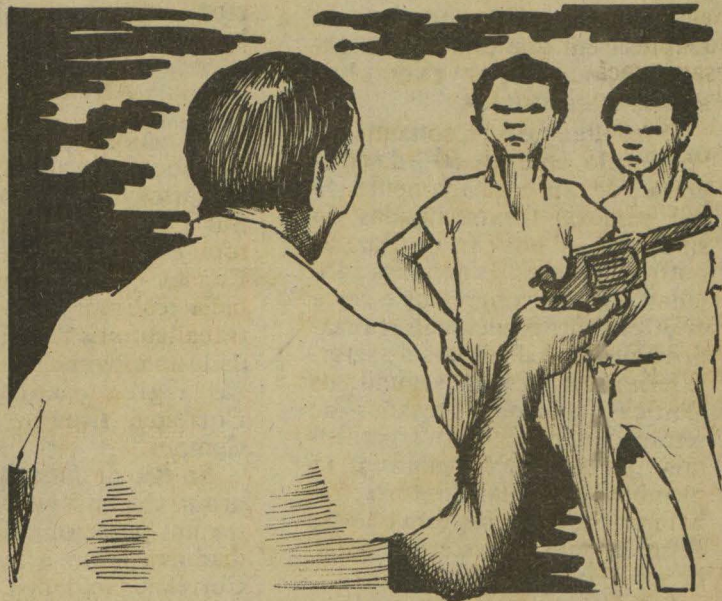
Um encontro como esse, tão esperado pela juventude de Santa Inês, fica na história. Da certeza de que organizamos outros mais, para participar do esporte, cultura, lazer, independência nacional e socialismo. (Lourival Gonçalves de Oliveira, coordenador da UJS de Santa Inês)

Três cartas, todas do pequeno município de Três Fronteiras delatam nesta página a vida difícil do lavrador bóia-fria. É a mãe de três filhos que não tem como lhes dar comida, remédio e estudo. É a Prefeitura que pretende cobrar asfalto de quem mal tem como viver. São os políticos que prometem o paraíso na campanha eleitoral e depois esquecem o trabalhador rural.

São três retratos, vivos, sem retoque. Retratos de uma exploração sem tamanho. E retratos, também, de consciências que despertam. Cuidado senhores donos da terra e do capital, porque os trabalhadores que hoje penam em seus latifúndios hão de se levantar e, unidos aos operários serão invencíveis.



fala o POVO



Patrão usa suas armas: o revólver e as demissões

Existe uma fábrica de dende em Santo Antonio do Tauá (Pará), cujo proprietário é um japonês. Segundo denúncias de moradores que trabalham na fábrica, o proprietário, quando está aborrecido, puxa de um revólver e ameaça todos de morte. Ele explora. Não há as mínimas condições de segurança no trabalho e higiene. E quando um trabalhador pede qualquer coisa que se relaciona a equipamentos de segurança, o patrão fica raivoso e ameaça com o revólver e a demissão.

A cidade de Tauá fica a 50 quilômetros de Belém e a fis-

calização em cima dessa indústria é precária. Pedimos a este combativo jornal que verifique "in loco" as denúncias. Que vá até a fábrica, veja as condições de trabalho e leve ao conhecimento do governador. Já não basta a exploração a que somos submetidos pelos imperialistas e vem um capitalista, com toda essa folga e arrogância, maltratar nossos trabalhadores e humilhar os moradores de Santo Antonio do Tauá!

Abraços do morador, leitor assíduo da TO. Viva o socialismo! (Santo Antônio do Tauá, Pará)

Em Pernambuco o governo fala uma coisa e faz outra

A empresa Suape, Complexo Industrial Portuário, é uma empresa do governo do Estado de Pernambuco, que ocupa 15 mil hectares de terras compradas ao Inbra.

Desde a aquisição, a empresa deixou à míngua 3 mil famílias que residem nos engenhos destas terras, expulsando ou pagando indenizações irrisórias. Atualmente, privou 36 posseiros que ainda resistiam de plantar cana e lavoura de subsistência.

A área do complexo, antes quase toda cultivada, está ociosa. Existe uma massa de desempregados ou subempregados de aproxima-

madamente 17 mil pessoas. Mas a Suape expulsa os posseiros e arrenda partes de suas terras aos grandes fornecedores de cana. A necessidade de sobrevivência impele os desempregados a ocupar terras para plantar.

Só que a segurança da Suape, através do coronel Ateniense, reprime os trabalhadores.

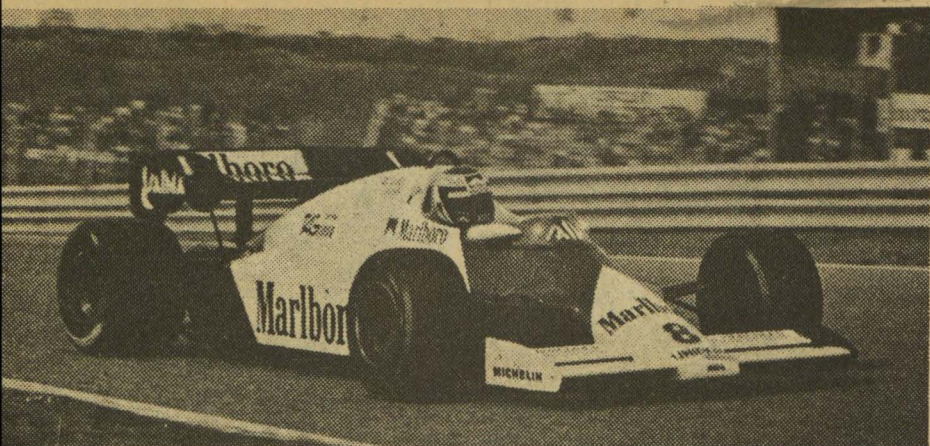
Assim age o governador Roberto Magalhães, que no seu discurso fala uma coisa, mas na prática não tem proposta para aliviar a vida de milhares de desempregados do Cabo.

(E.H. - Cabo - Pernambuco)

Reflexão sobre o 15 de Outubro

Queremos, através desta prestimosa seção, saudar todos os companheiros pela passagem de nosso dia - 15 de outubro, Dia do Professor - e, aproveitando, ressaltar que este dia não pode e não deve ser mais uma data no calendário dos feriados profissionais. Tem que ser, no mínimo, um dia de reflexão do trabalhador, dos gerenciais da educação, dos pais e magistres, refletindo em cima de sua

má condição de trabalho e salário, com a perspectiva de efetiva organização fortalecimento de sua entidade sindical; os gerenciais da educação (proprietários de escolas, técnicos-diretores e políticos-executivos), entendendo que não se faz educação séria com um professorado depauperado e vilipendiado pelos seus alunos. (Prof. Heliô Rosetti Jr., professor do Sindicato dos Professores do Espírito Santo)



Lauda queria boicotar, mas a McLaren forçou-o a correr na África do Sul

Múltis furam o boicote esportivo ao 'apartheid'

A temporada de Fórmula 1 de 1985 terminou com a disputa do Grande Prêmio de Kyalami, África do Sul, com a vitória antecipada de Alan Prost da McLaren. Esta prova é, praticamente, a única atividade do calendário de competições internacionais no país, uma vez que a maioria esmagadora das entidades esportivas não admitem a filiação da África do Sul e nem tampouco permitem que seus filiados disputem qualquer competição. As restrições são feitas como medida de protesto e desaprovação ao regime racista e desumano em vigor no país.

Ainda assim, esta melancólica disputa, que só poderia partir de um esporte marcado pelo comércio publicitário como o automobilismo, não teve o brilho que costuma alcançar nos demais países onde se apresenta. Os governos do Brasil e da França pediram à FISA - Federação Internacional de Automobilismo - e recomendaram aos pilotos de seus países que não fossem a Kyalami e boicotassem as manifestações de repúdio ao *apartheid*, que parte de todo o Planeta naquela direção.

As *scuderies* francesas Ligier e Renault acataram a exortação e prontamente desistiram do GP da África do Sul. O Brasil não tem equipes na Fórmula 1. Mas os dois pilotos brasileiros inscritos no certame, Nelson Piquet e Ayrton Senna manifestaram posição favorável ao boicote, não só aderindo ao mesmo pelas rígi-

das cláusulas contratuais que mantém este tipo de decisão sob o comando das equipes. Outros pilotos tiveram a mesma proibição, como os campeões Proust e Niki Lauda.

A lista de restrições à África do Sul no campo esportivo é longa e antiga. Desde 1968 não disputa os Jogos Olímpicos e não participa de nenhum campeonato mundial. Em 1972, aproximadamente 20 nações africanas e asiáticas não foram às Olimpíadas de Munique porque o Comitê Olímpico aceitou a participação da Rodésia, que rompera a decisão de não competir com a África do Sul, condenada inclusive pela ONU.

Nas Olimpíadas de Moscou, em 1980, os imperialistas norte-americanos patrocinaram um boicote, usando como argumento a intervenção soviética no Afeganistão. Era uma forma demagógica de protesto esportivo, visando desmoralizar e desgastar o eventual adversário político. A réplica viria nas Olimpíadas de Los Angeles, boicotada pelos social-imperialistas da URSS e seus aliados.

As duas versões de boicote continuam a pipocar no dia-a-dia do esporte internacional. Mas nada é tão cristalino como a justa procedência das sanções, prescrições e boicotes perpetrados contra o regime racista instalado pela violência armada na África do Sul.

(Jessé Madureira)

Resgate da memória da comunista Nina Arueira

Foi lançado, dia 14 de setembro, o livro "Nina Arueira, resgate de uma memória", na cidade de Campos, Rio de Janeiro. Segundo seu autor, Evandro Penha, o livro retrata a vida de uma jovem campista que atuou na juventude Comunista nos tempos da Aliança Nacional Libertadora, e no Partido Comunista do Brasil.

Estiveram presentes ao lançamento o secretário de Educação da cidade, professor Carlos Alexandre, e mais de 200 pessoas. O livro pode ser pedido à sucursal da **Tribuna Operária** no Rio de Janeiro, rua Evaristo da Veiga, 16, sala 504, CEP 20.000, ao preço de Cr\$ 20 mil.

Artistas e populares na Livraria Anita Garibaldi

Cerca de 500 pessoas prestigiaram, dia 11, a inauguração da Livraria e Espaço Cultural da Editora Anita Garibaldi, em São Paulo. A livraria tem um sortido estoque do que há de melhor no mercado editorial brasileiro, com destaque para a literatura e as ciências humanas. Também tem

uma seção de venda de posters, jornais, cartuns e discos.

"Pretendemos realizar aqui, periodicamente, lançamentos e noites de autógrafos com escritores e músicos", explica José Reinaldo, da administração do Espaço Cultural. "Pretendemos transformar esta casa num ponto de encontro entre leitores e artistas", conclui.

Na festa de inauguração, regada a vinho e música, estiveram presentes os cantores e compositores Tom Zé e Itamar Correia, o sociólogo Clóvis Moura, o jornalista Luís Manfredini e os escritores Ignácio de Loyala Brandão e Roniwalter Jatobá. O Espaço Cultural está situado na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1511, telefone 251.2729.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011). Telex: 01132133 TLOBR. Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira.

Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.

ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luis Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.

AMAZONAS - Manaus: Rua Simom Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.

BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Santos Dumont, 218 - Centro CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetininga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500. Salvador: Rua Independência, 27 - Centro - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesf) - CEP 43700.

DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.

CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 189 - Centro - CEP 60000. Iguaçu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 79960. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.

ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro de Itaipemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300.

Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000. GOIÁS - Goiânia: Rua 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.

MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000.

MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.

MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.

MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000.

PARAIBA - João Pessoa: Rua Duque de Caxias, 540, 2º andar, sala 201 - CEP 58000. Centro - CEP 58000. Campina Grande: Rua Venâncio Neiva, 318, 1º andar - CEP 58100.

PARANÁ - Curitiba: Rua Tibagi, 428, Fone: 234-7484, CEP 80000. Londrina: Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.

PIAUÍ - Teresina: Rua Barroso, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000.

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigiário Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000.

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Deodoro, 776 - Cidade Alta - R.N. CEP 59000.

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua dos Andradas, 1204, 3º andar, sala 3 - CEP 90000. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: Rua Andrada Neves 1589, sala 403 - CEP

96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100. Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. Ijuí: Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchesi, s. 23, 2º andar.

RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua Evaristo da Veiga, 16, sala 504 - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000.

SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.

SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saravia, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200.

SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Ovídio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Post-Up e Fotolito, Litarte-Fotolitos Ltda. Fone: 279-3646. Impressão: Cia Jorques, Fone: 815-4999 - São Paulo - S.P.



Completam-se, no dia 25, 10 anos do assassinato do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI-Codi do II Exército, em São Paulo. A data passou a ser um marco na história de terror e crimes perpetrados pela ditadura militar em nosso país. O "caso Herzog" foi o primeiro em que a União foi condenada pela tortura e morte de um preso político.

Eram os tenebrosos tempos da ditadura militar. Somente entre os dias 30 de setembro e 21 de outubro de 1975, 61 opositores foram presos em São Paulo. No dia 24 foi a vez de Herzog ser procurado em seu trabalho, na TV Cultura, pelos agentes da repressão. Ficou acertado que ele se apresentaria, na manhã seguinte, ao Capitão Borges, no Departamento de Operações Internas, DOI, do II Exército.

Outros dez jornalistas já estavam trancafiados. Herzog comentou com um colega: "Espero, apenas, que possamos conversar cavalheirescamente".

Não foi uma conversa de cavalheiros. Herzog sucumbiu às torturas no final da tarde de 25 de outubro. Após matá-lo, seus carrascos enforcaram-no, para forjar um suicídio. Um cínico comunicado militar foi divulgado: "O comando do II Exército lamenta informar... (que Vladimir Herzog) foi encontrado morto enforcado, tendo para tanto utilizado uma tira de pano".

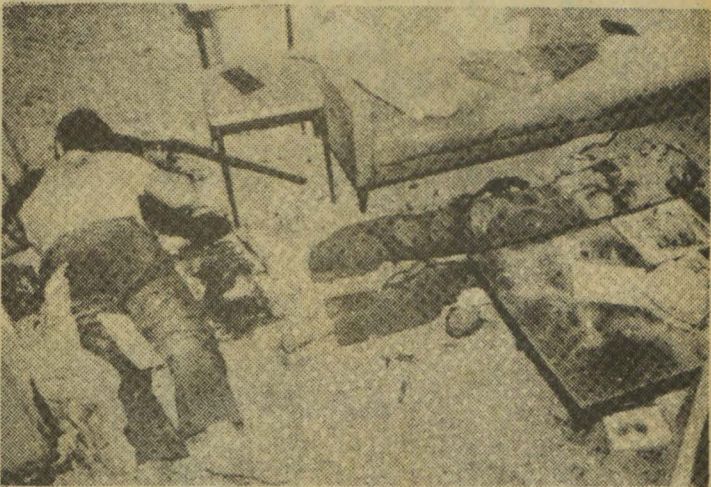
Na pressa de montar o "enforcamento", os algozes cometeram erros primários. Dentre eles: Herzog teria se enforcado pendurando-se

em uma janela que ficava abaixo de sua altura - para o enforcamento, ele teria que dobrar os joelhos; havia duas marcas no pescoço, como se ele tivesse se asfixiado não uma, mas duas vezes...

O comunicado dos generais não teve a menor credibilidade. O sepultamento de Herzog, que professava o judaísmo, foi normal - e não o especial, que a religião judaica determina para suicidas. A mãe do jornalista assassinado desabafou: "Nós fugimos da Europa nazista e escolhemos o Brasil porque achávamos que era um país de liberdade..."

A população paulista mobilizou-se para repudiar o crime. Um ato religioso, na Catedral da Sé, marcado para o dia 31 de outubro, reuniu 8 mil populares. Isso apesar da polícia ter desencadeado uma "Operação Gutemberg" (alusão ao inventor da imprensa), mobilizando 500 agentes a paisana e toda a PM, para impedir uma presença ainda maior no repúdio à ditadura, através de um estrangulamento do trânsito da capital paulista.

mesmo assim, as prisões de opositonistas não para-



Um ano após a morte de Herzog, a Chacina da Lapa, em SP

ram. No dia 4 de novembro haviam 95 estudantes, profissionais liberais, operários, professores presos. Menos de 90 dias depois, em 17 de janeiro de 1976, o operário Manoel Fiel Filho foi também morto sob tortura no DOI-CODI, e "enforcado" com um pé de meia para dar razão à versão oficial de "suicídio".

As pressões contra as torturas atrozes do regime militar aumentavam. O general Ernesto Geisel, que chefiava a ditadura naqueles terríveis anos, viu-se obrigado a destituir o general Ednardo D'Ávila Mello do comando do II Exército. Substituiu-o pelo general Dilermando Monteiro, que não pôs termo, contudo, aos ataques brutais contra a oposição.

Foi sob o comando do general Dilermando que, em Dezembro de 1976, ocorreu a Chacina da Lapa, quando três dirigentes comunistas, Pedro Pomar, Ângelo Arroio e João Batista Drummond, foram assassinados, e outros foram presos e selvagemmente torturados.

Mas o "caso Herzog" teria desdobramentos. Clarice, a viúva, e os filhos Ivo e André, entraram com processo contra a União, responsabilizando-a pela morte de Vladimir. Três anos depois, em 25 de outubro de 1975, a Justiça Federal de São Paulo declarava a União responsável "pela prisão, tortura e morte" de Vla-

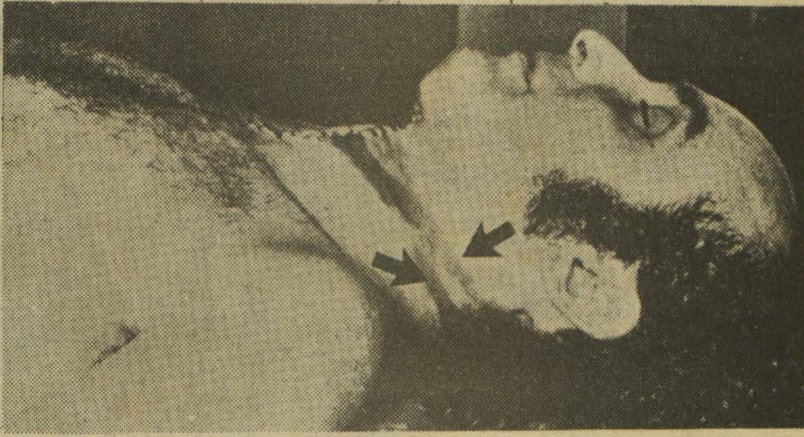
dimir Herzog. Pela primeira vez, desde 1964, o regime militar era condenado pelos crimes que cometera.

Outros processos se seguiram, dentre eles os do operário Manoel Fiel Filho e do deputado Rubens Paiva, também assassinado pelos torturadores. O processo movido por Felícia Soares para apurar o assassinato de Rui Frazão, dirigente regional do PC do B em Pernambuco, está na fase final, com audiência marcada para 13 de janeiro. Mas muitos dos crimes da ditadura militar até hoje não foram esclarecidos. Muitos corpos de opositonistas continuam inssepultos - como os dos guerrilheiros do Araguaia. Mesmo no "caso Herzog", apesar da União ter sido responsabilizada pelo crime, os torturadores não foram molestados.

Os inimigos da liberdade continuam ameaçando a democracia. Só para citar um exemplo relacionado diretamente com o "caso Herzog": o deputado Wadih Helu orquestrava na Assembleia Legislativa, naquele período, uma campanha contra jornalistas democratas e progressistas, e acusava de "comunisantes" algumas aulas do curso supletivo então veiculado pela TV Cultura. Hoje esse deputado é cabo-eleitoral do facistóide Jânio Quadros nas eleições municipais de São Paulo. Essa gente foi derrotada, com a vitória da Nova República. Mas ainda é uma ameaça ao nosso país.

(Carlos Pompe)

As pernas de Herzog teriam que ficar dobradas para ele se enforcar na cela do Exército, e para dar validade à farsa do suicídio fizeram-lhe dois sulcos no pescoço.



Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Coloque com a Campanha Nova República na T.O.

☒ Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições) ☐ Cr\$ 120.000
Anual popular (52 edições) ☐ Cr\$ 60.000
Semestral (26 edições) ☐ Cr\$ 30.000
Semestral popular (26 edições) ☐ Cr\$ 30.000
Trimestral (13 edições) ☐ Cr\$ 15.000
Anual para o exterior(em dólares) ☐ US\$ 70

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: CEP:

Estado:

Profissão:

Data:

Enderece a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo. CEP: 01318.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Pistoleiros assassina 22 no massacre de Santa Luzia

Uma matança de posseiros como poucas vezes se viu aconteceu no último dia 10, uma quinta-feira, no município maranhense de Santa Luzia. Na carnificina perderam a vida nada menos que 22 pessoas, homens, mulheres e crianças. Uma semana antes, na mesma região, outros dois lavradores tinham sido assassinados na luta pela terra. Com isso, o número de mortos em conflitos provocados pelo latifúndio no interior do Maranhão elevou-se para 41, somente este ano, conforme denunciou o deputado Luís Pedro, terça-feira dia 15, na Assembléia Legislativa do Estado.

No último dia 3, dois posseiros, Antenor Sena de Freitas e Francisco Silva, foram tocados e mortos pelos pistoleiros Irineu e Riba Paraíba. Os mandantes foram os grileiros Itamar Barros de Souza e Tércio Apolinário de Freitas, da fazenda Itapoema.

Na ocasião, a mulher do posseiro Antenor, dona Maria de Nazaré de Sousa, foi baleada pela mesma dupla. Arrastando-se, dona Nazaré conseguiu escapar e chegar a Imperatriz, onde denunciou os fatos. Os corpos de Antenor e Francisco ficaram apodrecendo ao sol até o dia 8, pois os pistoleiros ficaram de guarda, impedindo que alguém se aproximasse.

Nazaré, baleada, conseguiu escapar dos assassinos se arrastando

No dia 9, entidades ligadas à questão da terra denunciaram à Secretaria de Segurança de São Luís uma grande movimentação de pistoleiros no Dormitório Guanabara, situado no Primeiro Núcleo de Colonização, em Buriticupú, onde seis conhecidos pistoleiros estavam hospedados. No mesmo dia dessa denúncia, outros dez jagunços vieram se juntar à quadrilha. Foram esses homens que entraram pela mata, até o povoado Feio, para cometer a chacina. A polícia, apesar de avisada, e mesmo conhecendo o clima de tensão que existia na área, não tomou qualquer providência.

Além dos autores diretos do crime, também se conhece o mandante. Trata-se do grileiro paranaense Chico Rico, pretensamente proprietário da Fazenda Capoeira, que se estenderia por 45 mil hectares, abarcando os municípios de Santa Luzia e Grajaú.

Chico Rico, cujo nome completo é Francisco Simeão Rodrigues Neto, disputa aquela área com mais de 400 famílias que ali vivem e trabalham.

Chico Rico, que ordenou o crime, se diz dono de 45 mil hectares

A fúria dos latifundiários e grileiros maranhenses se volta também contra aqueles políticos que ousam denunciar a atividade criminosa em curso no interior do Estado. No mesmo município de Grajaú, em 7 de julho último, foi assassinado o vereador Alan Kardec, que recentemente ingressara no PMDB e trouxera a público a grilagem da Fazenda Viamão, de propriedade do grileiro Guilherme Ponte, por sinal amigo pessoal do governador Luís Rocha.



No início deste ano, o vereador Francisco Gomes Pinheiro, o Chico Mundoca, também do PMDB, sofreu um atentado em Buriticupú. Um automóvel Opala, dirigido por um cidadão ligado aos grileiros da região, atropelou-o, deixando-o gravemente ferido. Chico Mundoca destaca-se em Santa Luzia como vereador que denuncia as violências contra lavradores.

Também setores da Igreja, assim como militantes e dirigentes do Partido Comunista do Brasil, têm sido perseguidos e ameaçados por defenderem os direitos dos camponeses maranhenses. Os padres do povoado Arame, em Grajaú, há mais de uma semana estão impedidos de retornarem a sua paróquia, pois foram ameaçados de morte por pistoleiros locais. O secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia e membro do PC do B, Osvaldo da Conceição, apesar de ter

sofrido várias ameaças de morte, teve seu revólver e seu porte de arma apreendidos irregularmente pelo cabo Pinto, do destacamento de Pindaré-Mirim. E Raimundo Alves da Silva, o inesquecível combativo Nonatinho, tesoureiro do mesmo sindicato e dirigente regional comunista, foi morto a tiros em Santa Luzia no dia 17 de setembro de 1984.

A Igreja, o PMDB e o PC do B estão na alça de mira dos pistoleiros

Na verdade, existe um verdadeiro sindicato do crime montado no eixo Santa Luzia-Grajaú, organizado pelas grandes fazendas, grandes empresas e grileiros. E esta articulação conta com o beneplácito e até com o discreto apoio de políticos do governo estadual, representado pelo governador

Luís Rocha e pelo secretário da Fazenda, Nelson Frota, ambos grandes proprietários de terras. Na Fazenda Aparecida, de Nelson Frota, foi assassinado no dia 17 do mês passado o lavrador Antônio Inácio. O criminoso foi o capataz José Maria Carvalho, que disparou friamente, por duas vezes, contra o trabalhador. A cena foi presenciada por cerca de 30 pessoas e, no entanto, José Maria Carvalho continua solto e dirigindo a propriedade do secretário da Fazenda.

A omissão cúmplice do governo chegou a tal ponto que os lavradores do Arame estão atualmente acampados na estrada do povoado. São 250 homens que se uniram para fazer frente à truculência dos grileiros. Domingo, dia 13, eles justificaram um dos pistoleiros assassinados que participaram da emboscada na Fazenda Tapioaca, o conhecido Irineu.

A existência dos acampados é simples: eles querem a retira-

rada dos pistoleiros da área e paz para poderem trabalhar suas terras.

Em sua denúncia, o deputado Luís Pedro relaciona nominalmente várias pessoas envolvidas no sindicato do crime: o dono da Fazenda Faixa e gerente da Merk-Maranhão, Ary Fausto; os grileiros Pedro Catingueiro, Ludemir Bonfim, Alcides Sá e Humberto Mineiro; os fazendeiros Moisés Vieira da Silva e Olímpio Assunção; os doutores Juarez e Wellington, das Fazendas Galope e Catalunha; os grupos EIT, Agrovale, Seringal e Comind; o vereador Antônio Pereira Sales, do PDS de Grajaú; o ex-prefeito de Santa Luzia Otávio Rodrigues; os já citados Itamar Barros de Souza, Tércio Apolinário de Freitas e Chico Rico; o industrial e grileiro Assis Pinto, de Santa Inês; os comerciantes João Targino de Sousa e João Dutra; Raimundo Zeca e Luís Chaves, assassinos de

lideranças sindicais no Brejo do Arapari, município de Santa Luzia; o deputado Davi Alves Silva, que chegou a afirmar em público que o governo, se quiser, que faça a reforma agrária em suas terras, mas que não entre nas terras dos fazendeiros pois estes iriam usar suas armas e, se elas não fossem suficientes, conseguiriam outras mais pesadas.

A escalada contra o campesinato maranhense não se esgota nos assassinatos. Prossegue na extinção de povoados pela expulsão de lavradores, através de ameaças ou da violência física pura e simples. Continua na queima de roças e de paióis. Vai em frente com a proibição da coleta de babaçu, indispensável à subsistência do trabalhador rural.

Luís Pedro dá os nomes do sindicato do crime que o latifúndio montou

Segundo Luís Pedro, o problema tem uma conotação política. "O Sindicato do crime - afirmou ele em seu discurso - é a forma organizada que os grandes latifúndios do Maranhão, acumpliciados com o governo do Estado, descobriram para se contrapor às mudanças da Nova República no campo. As conquistas no terreno da liberdade política não chegam até o interior do Maranhão, porque os reacionários donos de terra o impedem através do sindicato do crime. A reforma agrária não pode chegar até o interior do Maranhão, porque os latifundiários não o querem permitir. O sindicalismo, o direito à livre organização partidária, o direito e ir e vir, o direito ao trabalho e à subsistência própria e da família, tudo fica ameaçado pelos grileiros, latifundiários e grandes empresas".

Essa aliança se expressa, politicamente, no acordo entre o governador Luís Rocha e o senador João Castelo, ambos saudosos do velho regime militar, ambos conscientes de que sua sobrevivência política depende do atraso político e da repressão violenta. Através deles, casam-se os representantes do latifúndio e da grilagem, contra um Estado de camponeses famintos mas corajosos e dispostos à luta por seus direitos.

"O sangue de 41 heróis do povo exige respeito e clama por justiça"

O deputado Luís Pedro conclui sua denúncia na Assembléia com propostas para enfrentar o que qualifica como genocídio contra o campesinato maranhense. "O sangue de 41 heróis da luta do povo tombados este ano - declara - exige respeito, clama por justiça. É preciso tomar medidas corajosas. É preciso prender pistoleiros e mandantes. Entregar as terras ao povo. É preciso garantir o direito de trabalho ao lavrador.

"O presidente José Sarney - prossegue o parlamentar - precisa assumir o compromisso de iniciar a reforma agrária pelo Maranhão. Assim o fazendo, estará agindo não só como maranhense que é, mas agindo com justiça. E a justiça para ser boa começa em casa.

"De imediato, o presidente da República deve mandar formar uma comissão interministerial com representantes dos Ministérios da Justiça e da Reforma Agrária, da Polícia Federal; e com acompanhamento da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (Fetama) dos sindicatos das áreas atingidas com assassinatos de trabalhadores, da Igreja Católica e de parlamentares, com o objetivo de visitar os locais onde foram mortos e propor soluções imediatas (da sucursal)

Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício Graciano